

mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 16 | MAIO 2011 |

47

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea 46
anos

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| maio 2011 |

47

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea 46
anos

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Carlos Roberto Lupi

Secretário Executivo – Paulo Roberto dos Santos Pinto

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro – Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Lauro Ramos

Membros

Carlos Henrique Leite Corseuil

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

Equipe de Apoio

Hugo Homem Macedo

Jonas de Oliveira Bertucci

Katcha Poloponsky

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	7
NOTAS TÉCNICAS	15
ENSINO PROFISSIONAL E RENDIMENTOS DO TRABALHO: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL	17
Marina Ferreira Fortes Aguas	
BOLSA FAMÍLIA, ESCOLHA OCUPACIONAL E INFORMALIDADE NO BRASIL	29
Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa Carlos Henrique L. Corseuil	
PERCEÇÃO SOCIAL SOBRE TRABALHO E RENDA NO BRASIL	37
Sandro Pereira Silva	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	43
INTRODUÇÃO	45
A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ESTRATÉGIA DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE	47
Sandro Pereira Silva	
ANEXO ESTATÍSTICO	55

APRESENTAÇÃO

O foco deste número do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* é a análise do desempenho do mercado de trabalho metropolitano no primeiro trimestre de 2011. Em linhas gerais, é possível visualizar um bom desempenho no período, dando continuidade ao processo já destacado em 2010. Tanto a taxa de desemprego como a taxa de informalidade registram em 2011 valores menores do que aqueles registrados no primeiro trimestre dos anos anteriores. Podemos destacar também o aumento do nível de ocupação e dos rendimentos reais em relação ao mesmo período de 2010.

Os dados recém-divulgados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para o mês de abril de 2011 confirmam, em geral, esse bom desempenho. Talvez a única exceção digna de nota seja uma queda no rendimento médio, que se aproximou do valor registrado em abril de 2010.

Adicionalmente, esse número do boletim contém três notas técnicas. A primeira delas, assinada por Marina Ferreira Fortes Águas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), investiga o efeito da educação técnica profissionalizante sobre os rendimentos do trabalho no Brasil entre homens e mulheres. A análise empírica realizada nessa nota utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007. Os resultados indicam que a educação profissional é um fator explicativo importante nos rendimentos.

Na segunda nota, Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Carlos Henrique L. Corseuil identificam em que medida o Bolsa Família distorce a escolha ocupacional dos beneficiários no sentido de torná-los mais propensos a optar por uma ocupação informal. A estratégia empírica para identificar se há algum efeito do Bolsa Família sobre a escolha ocupacional da população-alvo do programa consiste em contrastar as escolhas feitas por grupos específicos de domicílios elegíveis e não elegíveis e, para tanto, utiliza-se a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada nos anos de 2008 e 2009.

Na terceira nota, Sandro Pereira Silva aborda de maneira sintética os resultados auferidos pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) referentes à temática Trabalho e renda. Realizados ao longo do segundo semestre de 2010, tais resultados proporcionam informações importantes quanto à dinâmica do mundo do trabalho no Brasil atual, sobretudo por refletir diretamente a percepção dos próprios trabalhadores. Em termos gerais, buscou-se analisar questões relativas à percepção sobre o respeito aos direitos trabalhistas e às condições de trabalho; a percepção quanto às exigências e as dificuldades para o acesso ao trabalho assalariado; os condicionantes do desempenho dos empreendimentos; e a filiação ao sistema de previdência público ou privado.

Neste número, a seção Economia Solidária e Políticas Públicas traz um texto também de Sandro Pereira Silva. Nele, o autor discute a contribuição que a proposta da economia solidária pode dar ao esforço de erradicação da pobreza extrema no Brasil.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como propósito apresentar o desempenho do mercado de trabalho brasileiro no primeiro trimestre de 2011 com base, principalmente, nos indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Complementarmente, serão utilizadas as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A evolução dos principais indicadores de desempenho do mercado de trabalho será interpretada à luz dos resultados obtidos nos anos anteriores, focando principalmente o mesmo período do ano de 2010, de modo a minimizar interferências de ordem sazonal.

Ao se analisar os dados referentes ao mercado de trabalho metropolitano brasileiro no primeiro trimestre de 2011, é possível confirmar uma boa performance, dando continuidade ao processo já destacado em 2010. A taxa de informalidade continua em queda, alcançando em março 35,4% – seu menor valor. O nível de desemprego, apesar de registrar uma elevação sazonal, alcançou o menor patamar para o primeiro trimestre na série histórica da PME iniciada em 2003.¹ Podemos destacar também o aumento do nível de ocupação e dos rendimentos reais em relação ao mesmo período de 2010.

2 TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO

O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de atividade² ao longo dos anos de 2008 a 2011. Nota-se que, em 2011, essa taxa apresentou um comportamento bem parecido com o do mesmo período do ano anterior, registrando o mesmo nível em fevereiro e março (56,8% e 57,0%, respectivamente). De fato, as médias do primeiro trimestre de 2011 (56,7%) e do mesmo período de 2010 (56,8%) são praticamente coincidentes.

Na análise comparativa entre os períodos de tempo por região metropolitana (RM), a taxa de atividade aumenta para Porto Alegre e Recife –1,1 ponto percentual (p.p.) e 0,4 p.p., respectivamente. Todavia, Belo Horizonte apresenta um crescimento praticamente nulo e Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo uma redução nesse indicador (–0,5 p.p., –0,3 p.p. e –0,2 p.p., respectivamente).

O gráfico 2 mostra a trajetória da taxa de desemprego para o agregado das RMs entre 2008 e 2011. No primeiro trimestre de 2011, ela apresentou um valor médio de 6,3%, ficando 1,1 p.p. abaixo do verificado para os três primeiros meses de 2010, o menor patamar já registrado para o período desde 2003.

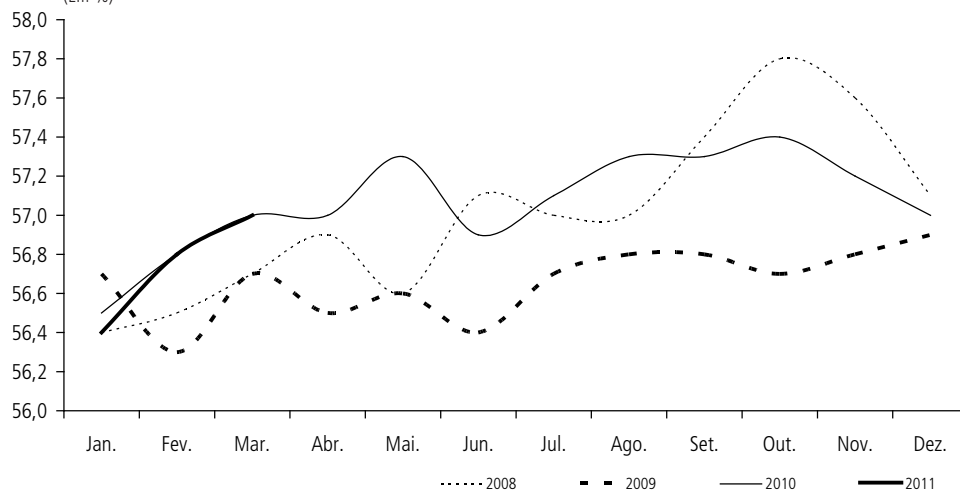
1. Primeiro ano para o qual existem dados referentes ao primeiro trimestre de acordo com a nova metodologia da PME.

2. Taxa de atividade ou taxa de participação é o percentual de pessoas economicamente ativas (PEA) em relação às pessoas em idade ativa (PIA).

GRÁFICO 1

Taxa de atividade

(Em %)

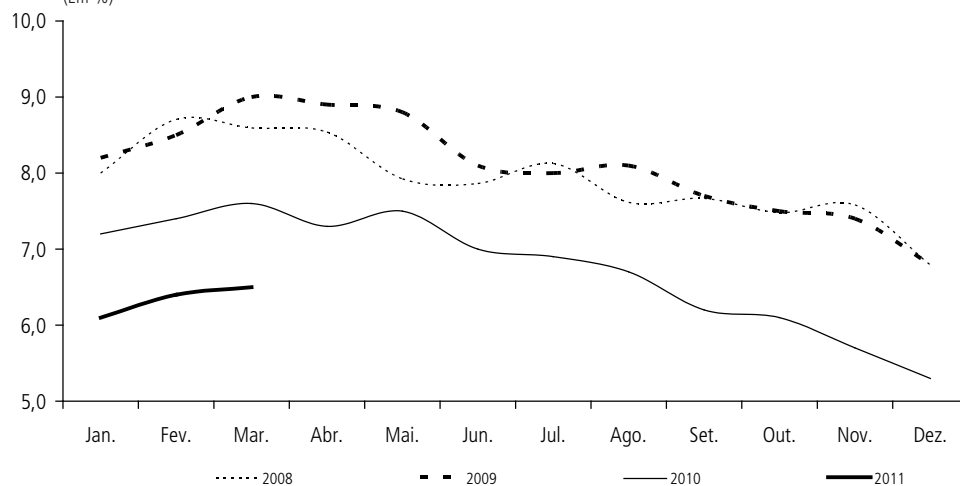


Fonte: PME/IBGE.

GRÁFICO 2

Taxa de desocupação

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Na desagregação desse indicador por RM, há uma queda na média trimestral em praticamente todas as RMs entre 2011 e 2010, sendo São Paulo o responsável pela maior diferença (-1,6 p.p.).³ Da mesma forma há uma evolução favorável da taxa de desemprego para quase todas as categorias nos demais recortes usualmente analisados neste boletim, como faixa etária, gênero, grau de instrução e posição na família.⁴

As taxas de desemprego apuradas pela PED, do Dieese, confirmam o quadro analisado acima. Embora haja uma tendência de aumento da taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2011, que fechou o mês de março em 11,2%, vale destacar que ela se encontra bem abaixo da registrada para o mesmo período de 2010 - 13,7%. Na comparação das

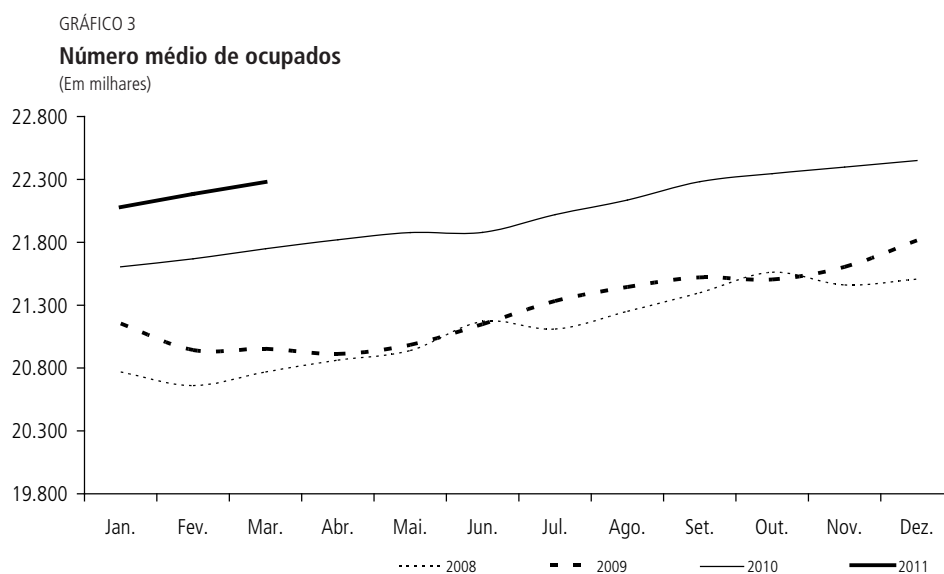
3. Na comparação da média trimestral de 2011 com 2010, as demais regiões apresentaram os seguintes resultados: Recife, -1,0 p.p.; Salvador, -0,9 p.p.; Rio de Janeiro, -0,8 p.p.; Belo Horizonte, -0,7 p.p.; e Porto Alegre, 0,6 p.p.

4. Ver Anexo Estatístico.

médias trimestrais, a taxa de desemprego em 2011 teve uma redução de 2,4 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2010. Quanto à desagregação regional, todas as RMs registraram redução da taxa de desemprego na comparação entre os trimestres deste ano e do ano anterior

3 OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

A população ocupada cresceu em média 2,3% no primeiro trimestre de 2011 em relação ao ano anterior, o que equivale a uma geração de 507 mil postos de trabalho acima do registrado no mesmo período de 2010. Algum crescimento poderia ser deduzido da análise acima, na qual mostramos uma combinação de taxa de atividade estável e taxa de desemprego em queda. No último mês de março a PME registrou a marca de 22,3 milhões de indivíduos ocupados nas RMs cobertas por sua amostra. A evolução mensal deste indicador entre os anos de 2008 e 2011 é apresentada no gráfico 3.



Dentre as RMs cobertas pela PME, todas tiveram variações positivas ao comparar o desempenho médio da ocupação de 2011 com valores médios de 2010.⁵ Nessa comparação destacam-se as RMs de Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte que obtiveram crescimentos de 4,3%, 3,1% e 3,0 %, respectivamente, no período em estudo.

No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre valores trimestrais de 2011 e 2010 mostra que praticamente todos os setores de atividade considerados cresceram. Dentre os setores de maior representatividade no total de ocupações, merecem destaque os segmentos de intermediação financeira⁶ (4,3%), administração pública⁷ (3,1%) e indústria⁸ (2,7%) por registrarem aumentos significativos no período, contribuindo para o bom desempenho da ocupação. O setor de construção, por sua vez,

5. Crescimento das demais RMs pesquisadas entre o ano de 2010 e 2009: São Paulo, 2,3%; Salvador, 1,8%; e Rio de Janeiro, 1,4%.

6. Esse agrupamento abrange, também, os serviços prestados a empresas, aluguéis e atividades imobiliárias.

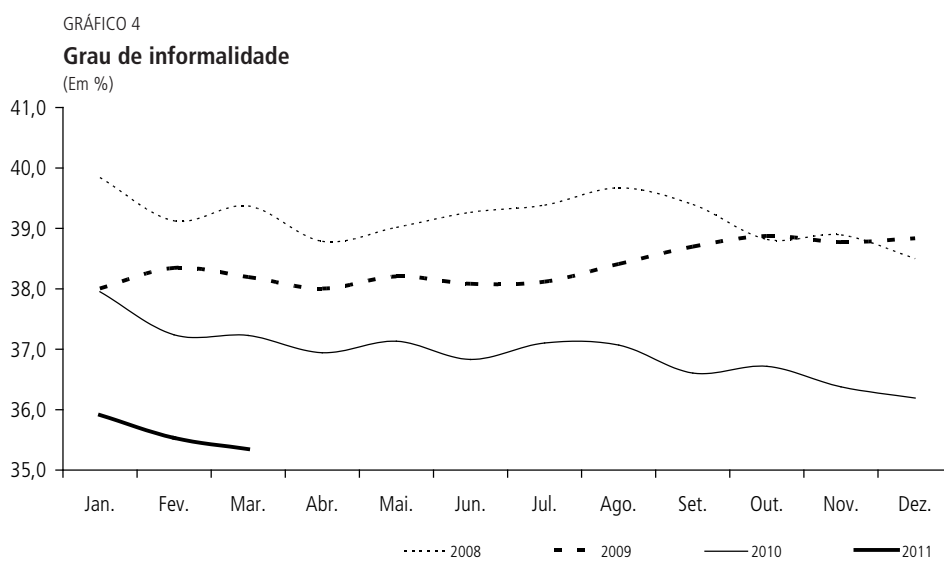
7. Esse agrupamento abrange, além da administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

8. Nesse agrupamento as atividades consideradas são de indústria extrativa e transformação e de produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

apresentou estabilidade frente a 2010. Para os demais setores a variação se deu da seguinte forma: outros serviços⁹ com 5,2%, outras atividades¹⁰ com 3,8% e comércio¹¹ com 1,4%.

Com relação ao CAGED, cabe dizer que os dados apresentaram impressões um pouco distintas das verificadas com base na PME. É importante frisar as diferenças de cobertura dessas duas fontes de informação.¹² A análise trimestral da variação por setor de atividade mostra divergências consideráveis, sobretudo para o setor de construção, do comércio e da indústria. Enquanto nesses setores o CAGED registra uma piora considerável no primeiro trimestre, na PME não se verificam tais movimentos. Cabe destacar também que março registrou o maior volume mensal de demissões da série do CAGED ajustada desde 2002, com 1,67 milhão de desligamentos. Contudo, as admissões foram elevadas, somando cerca de 1,77 milhão que resultaram na criação líquida de 92.675 novos empregos.

Quanto à composição da população ocupada segundo a posição na ocupação, o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada teve um crescimento de 6,3% em 2011 com relação a 2010, o que equivale, em valores absolutos, a aproximadamente 691 mil novos contratos com carteira assinada. Já o emprego sem carteira de trabalho assinada teve uma redução de 4,2% na comparação das médias trimestrais. Esse resultado confirma a crescente formalização dos postos de trabalho,¹³ ou, se quiser, a trajetória de queda do grau de informalidade.¹⁴ No mês de março esse indicador chegou a 35,4%, o que caracteriza o menor valor já registrado. Em relação aos anos anteriores, o gráfico 4 permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada ficou em 35,6% nos três primeiros meses de 2011, o que em relação ao primeiro trimestre de 2010 (37,5%) representa uma queda de 1,9 p.p.



Fonte: PME/IBGE.

9. Esse agrupamento abrange as seções de alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação.

10. A categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

11. Esse agrupamento inclui, além das atividades de comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

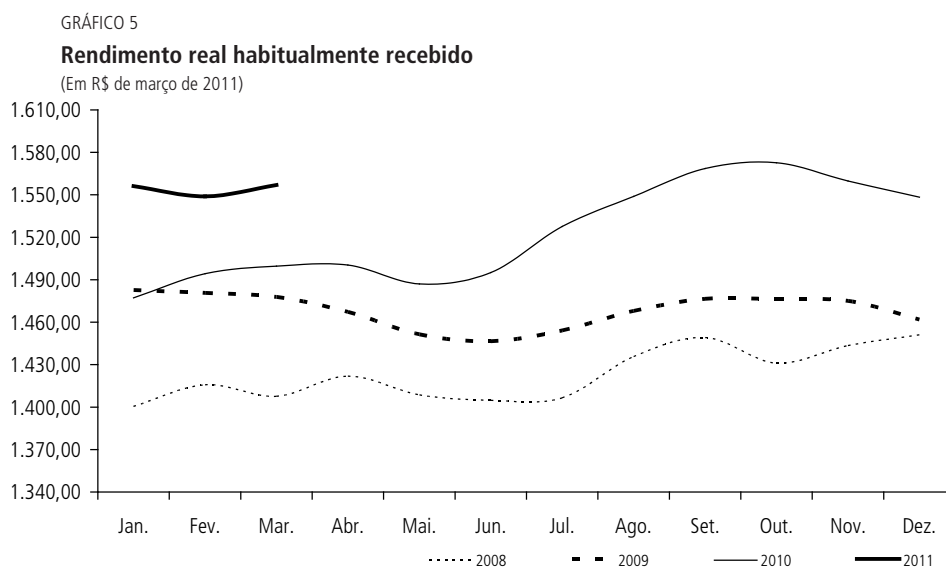
12. Por um lado o CAGED cobre todo o território nacional; por outro lado, essa fonte de informação lida apenas com os vínculos formais.

13. O comportamento das demais posições na ocupação no 1º trimestre de 2010 com relação a 2009 se deu da seguinte forma: militares e empregados – Regime Jurídico Único (RJU) – 4,7%; não remunerados que eram empregados, -4,0%; empregadores, -3,5%; conta-própria, -0,9%; não remunerados, conta-própria ou empregador, -17,9%.

14. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, por conta própria e não remunerados sobre o total de ocupados.

4 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

No primeiro trimestre de 2011, o rendimento médio real habitualmente recebido nas seis RMs analisadas na PME ficou em torno de R\$ 1.554,00. A evolução mensal deste indicador nos últimos anos pode ser observada no gráfico 5. Nele, constata-se que o rendimento se encontra em patamares superiores aos dos anos anteriores, com uma diferença de 4,3% em relação à média do primeiro trimestre de 2010.

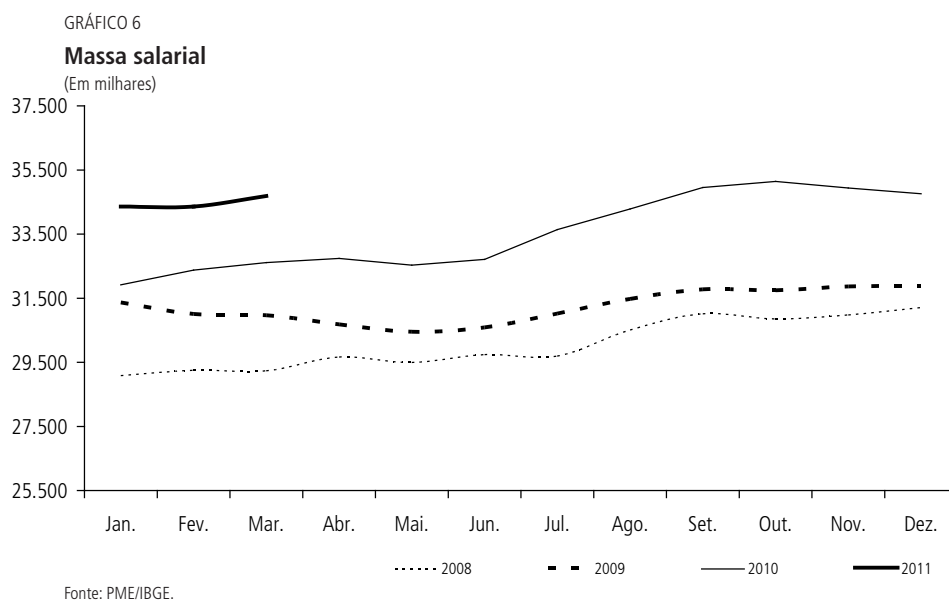


Fonte: PME/IBGE.

A elevação anual dos rendimentos foi registrada para todos os grupos por posição na ocupação. Mantendo a comparação na esfera trimestral ($1^{\circ}/2011 \times 1^{\circ}/2010$), os dados revelam que o rendimento dos trabalhadores por conta própria cresceu 6,8%, enquanto o dos empregados do setor público, 5,1%, e do setor privado, 2,7%. A desagregação dos rendimentos deste último grupo mostra que os trabalhadores sem carteira assinada tiveram um aumento de 7,6%, bem superior à variação de 1,2% dos empregados com carteira assinada. É bem provável que essa divergência na evolução dos rendimentos entre empregados com e sem carteira seja influenciada pela divergência observada anteriormente na evolução do contingente desses dois grupos entre os ocupados, em que o sem carteira perde espaço para o com carteira. Ou seja, sendo a qualificação e o salário do empregado sem carteira tipicamente menor do que a do com carteira, um fluxo de trabalhadores do primeiro grupo para o segundo tende a pressionar o salário médio do com carteira para baixo.

Direcionando o foco para as RMs, observa-se que todas elas tiveram aumento deste indicador, com destaque para Recife (12,3%) e Rio de Janeiro (10,3%). São Paulo, por sua vez, manteve-se praticamente estável, com uma variação de apenas 0,3% nos rendimentos.

O gráfico 6 apresenta a evolução da massa salarial entre os anos de 2008 e 2011. Nele podemos observar que a massa salarial permaneceu praticamente constante nos dois primeiros meses do ano e teve um leve aumento em março. Esse comportamento é explicado tanto pelo aumento dos rendimentos no último mês quanto pelo aumento do número de ocupados. A variação da média trimestral da massa salarial entre 2010 e 2011 foi de 6,7%.



Os indicadores analisados no primeiro trimestre de 2011 apontam uma continuidade do bom desempenho do mercado de trabalho brasileiro. Tal como assinalado nas últimas edições deste boletim, desemprego e informalidade mais uma vez se destacam como pontos positivos ao registrarem números cada vez mais baixos. Já o aumento da massa salarial pode desencadear dois processos que teriam efeitos em direções opostas sobre a continuidade das quedas das taxas de desemprego e informalidade. Por um lado, por apresentar correlação positiva com o consumo, pode ser um elemento que sustente uma continuidade do processo que estamos vivenciando. Por outro lado, por ser um fator de pressão sobre os preços, e dada a atual preocupação do governo com o cumprimento da meta inflacionária de 2011, pode induzir a adoção de medidas de contenção da demanda.

NOTAS TÉCNICAS

ENSINO PROFISSIONAL E RENDIMENTOS DO TRABALHO: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL

Marina Ferreira Fortes Aguas

BOLSA FAMÍLIA, ESCOLHA OCUPACIONAL E INFORMALIDADE NO BRASIL

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa

Carlos Henrique L. Corseuil

PERCEPÇÃO SOCIAL SOBRE TRABALHO E RENDA NO BRASIL

Sandro Pereira Silva

ENSINO PROFISSIONAL E RENDIMENTOS DO TRABALHO: UMA ANÁLISE PARA O BRASIL

Marina Ferreira Fortes Aguiar*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, apesar dos avanços recentes na área da educação, permanece se caracterizando como um país com nível educacional baixo e distribuído de maneira bastante desigual. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009 quase 60% da população apresentava escolaridade inferior ao ensino fundamental completo.¹ Dessa forma, a força de trabalho se mostra majoritariamente pouco escolarizada, apresenta baixa produtividade do trabalho e, conseqüentemente, grande parte da população vive em situação de pobreza.

Nesse contexto, ganha força outra modalidade de ensino, denominada educação profissional, que pode ser uma forma de melhorar a qualificação dos trabalhadores e incentivar a inserção ocupacional no mercado de trabalho, em especial para aqueles indivíduos que abandonaram a escola com um nível muito baixo de educação formal. Esta nota tem como objetivo ampliar a análise do efeito da escolaridade nos rendimentos do trabalho a partir da inclusão de variáveis que captem a educação profissionalizante. Ou seja, serão acrescentadas informações sobre os indivíduos que frequentaram ou estão frequentando cursos de qualificação profissional ou de nível técnico.

Cabe ressaltar que essas duas modalidades de ensino não se encaixam no conceito de educação formal, que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual, hierarquicamente estruturado e com objetivos determinados. A educação não formal pode ser descrita como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino. Ela é mais difusa, menos hierárquica, menos burocrática, de duração variável, podendo ou não conceder certificados de aprendizagem.

A análise empírica realizada nesta nota utiliza os microdados da PNAD de 2007 e a investigação é feita separadamente para homens e mulheres, pois evidências indicam a existência de diferenciais de rendimentos entre os gêneros. Adicionalmente, procura-se estimar tais efeitos para a média da população e não apenas para os indivíduos ocupados, o que

* Doutoranda da Universidade Federal Fluminense (UFF) e analista socioeconômica do IBGE.

1. Segundo a PNAD de 2009 do IBGE, o Brasil apresentava a seguinte distribuição educacional da população em idade ativa (PIA): 12,2% com 12 anos ou mais de escolaridade; 28,2% com 9 a 11 anos de estudo; 25,6% com educação entre 5 e 8 anos; 24,3% com 1 a 4 anos de estudo; e 9,7% sem instrução.

torna necessária a aplicação do método elaborado por Heckman (1979) para a correção do viés de seleção amostral.

2 BASE DE DADOS E ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

No ano de 2007, em convênio com o Ministério da Educação (MEC), o IBGE introduziu na PNAD uma pesquisa suplementar sobre *Educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos*. A partir dessas informações foi possível conhecer o perfil dos indivíduos que estavam frequentando ou já haviam frequentado cursos de qualificação profissional e de nível técnico, além das especificidades destes tipos de educação não formal, a exemplo do tipo de instituição de ensino frequentada. Cabe ressaltar o uso das seguintes definições por parte do IBGE:

Curso de qualificação profissional (também chamado formação inicial e continuada): é qualquer curso de formação para exercício de uma atividade profissional. Pode ser oferecido na escola ou por outros tipos de instituições (igrejas, ONG's etc), tem duração variável, confere certificado de participação e pode ser realizado, dependendo do curso, sem exigência de escolarização. Sua proposta é qualificar o profissional para trabalhar, sem aumento do seu nível de escolaridade.

Curso técnico de Nível Médio: curso de educação profissional realizado integrado ou após a conclusão do ensino médio. Confere o diploma de técnico. Possui legislação própria e diretriz curricular específica, só podendo ser ministrado por escola devidamente credenciada pelo poder público.

Com base nesses conceitos foram definidas as variáveis utilizadas na análise da educação profissionalizante e dos rendimentos do trabalho de homens e mulheres no Brasil. Para isso, selecionou-se uma amostra de indivíduos com idades entre 25 e 55 anos, residentes de uma das dez regiões metropolitanas (RMs) brasileiras² e que estariam mais propensos a se beneficiar dos efeitos da realização dos cursos de educação não formal.³ Essas escolhas foram feitas com o objetivo de reduzir problemas de heterogeneidade entre indivíduos e regiões, na medida em que grupos específicos devem apresentar características não observáveis muito diferentes, a exemplo de pessoas que estão na faixa de idade em que a decisão de se educar ainda está sendo tomada e aquelas cujo ciclo educacional já foi encerrado, ou ainda pessoas que vivem em áreas com pouca oferta de cursos profissionalizantes.⁴

Para a análise empírica, foram elaboradas diversas variáveis relativas às características individuais – por exemplo, *dummies* de idade e escolaridade, variáveis familiares como número de filhos, *status* marital e características conjugais –, e relacionadas ao mercado de trabalho, a exemplo da posição na ocupação e do setor de atividade.

Com relação às características da amostra, a tabela 1 expõe o perfil de homens e mulheres e a tabela 2 apresenta as variáveis de educação profissional utilizadas nas estimações dos modelos de salário. Cabe ressaltar que a amostra considerou 56 mil observações, representadas por 29,5 mil mulheres e 26,5 mil homens.

Nota-se que, na amostra, o grupo de homens e de mulheres se divide de forma semelhante entre as faixas de idade. No que se refere às variáveis de educação formal, percebe-se que dentre as pessoas de 25 a 55 anos de idade que moram em áreas metropolitanas brasileiras, mais

2. As RMs brasileiras definidas pelo IBGE são: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Belém, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e Curitiba.

3. Para isso foram excluídos da amostra todos os indivíduos que possuíam graduação completa.

4. Partiu-se da hipótese de que nas RMs brasileiras não existem problemas de oferta de cursos de qualificação profissional ou de nível técnico.

da metade não conseguiu completar o ciclo escolar de 11 anos de ensino. Além disso, verifica-se que 85% dos homens encontram-se ocupados e apenas 62% das mulheres estão nessa situação.

TABELA 1
Perfil de homens e mulheres na amostra
(Em %)

Variáveis (%)	Homens	Mulheres
Faixa de idade entre 25 e 29 anos	21,40	19,74
Faixa de idade entre 30 e 35 anos	21,90	21,44
Faixa de idade entre 36 e 45 anos	32,20	32,98
Faixa de idade entre 46 e 55 anos	24,50	25,85
Até fundamental incompleto	39,67	38,38
Fundamental completo, mas médio incompleto	20,64	20,03
Médio completo, mas graduação incompleta	39,70	41,60
É casado	69,94	62,65
Ocupado	85,27	58,08
Desocupado	6,09	8,98
Inativo	8,63	32,94
Empregado com carteira assinada	48,59	41,25
Estatutário ou militar	7,33	7,86
Empregado sem carteira assinada	15,02	27,39
Conta-própria	24,74	20,96
Empregador	4,32	2,53

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD de 2007.

TABELA 2
Características da educação não formal por gênero

Variáveis	Homens		Mulheres	
	Valor	%	Valor	%
Amostra	26.498		29.502	
Pessoas que já cursaram algum curso de educação profissional	7.776	29,3	8.036	27,2
Pessoas que estão cursando algum curso de qualificação profissional	538	2,0	727	2,5
Pessoas que estão cursando algum curso de nível técnico	147	0,6	183	0,6
Pessoas que concluíram o curso de qualificação profissional	5.934	22,4	5.800	19,7
Trabalham ou já trabalharam na área do curso de qualificação profissional que foi concluído	4.261	16,1	3.349	11,4
Não trabalham nem já trabalharam na área do curso de qualificação profissional que foi concluído	1.673	6,3	2.451	8,3
Pessoas que não concluíram o curso de qualificação profissional	394	1,5	619	2,1
Pessoas que concluíram o curso de nível técnico	1.252	4,7	1.415	4,8
Trabalham ou já trabalharam na área do curso de nível técnico que foi concluído	908	3,4	927	3,1
Não Trabalham nem já trabalharam na área do nível técnico que foi concluído	344	1,3	488	1,7
Pessoas que não concluíram o curso de nível técnico	196	0,7	202	0,7
Pessoas que cursaram e concluíram qualificação profissional em instituição do Sistema S ¹	1.945	7,3	1.190	4,0
Pessoas que cursaram e concluíram qualificação profissional em instituição de ensino público (todas as esferas)	671	2,5	1.216	4,1
Pessoas que cursaram e concluíram qualificação profissional em instituição de ensino particular ou outro tipo	3.318	12,5	3.394	11,5
Pessoas que cursaram nível técnico e concluíram em instituição do Sistema S ¹	274	1,0	92	0,3
Pessoas que cursaram nível técnico e concluíram em instituição de ensino público (todas as esferas)	474	1,8	538	1,8
Pessoas que cursaram nível técnico e concluíram em instituição de ensino particular ou outro tipo	504	1,9	785	2,7

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD de 2007.

¹ Sistema S: Serviço Social de Transportes (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A partir da tabela 2 é possível observar que 29,3% dos homens e 27,2% das mulheres já frequentaram algum curso profissionalizante e aproximadamente 3% estavam frequentando no momento da entrevista. Das pessoas que já frequentaram, a maioria esteve vinculada aos cursos de qualificação profissional e apenas 5% da amostra cursaram o nível técnico. Todavia, independentemente da categoria, quase a totalidade dos indivíduos concluiu o curso de educação não formal escolhido.

Um ponto interessante é avaliar o aproveitamento do nível profissionalizante na vida laboral dos indivíduos. Verifica-se que 72% dos homens que concluíram qualquer tipo de curso já haviam trabalhado ou estavam trabalhando na área em que se especializaram. No caso feminino, há uma redução de mais de 10 pontos percentuais (p.p.) nessa proporção. Adicionalmente, observa-se que, entre os homens, a grande maioria frequentou as instituições de ensino particulares e do Sistema S, já entre as mulheres a participação ocorreu principalmente nas instituições públicas e particulares.

TABELA 3
Salário-hora médio por categoria de escolaridade

	Salário/hora	
	Homem	Mulher
No curso de educação profissional	7,0	5,4
Não concluiu curso de qualificação profissional	5,6	4,0
Concluiu curso de qualificação profissional	6,4	5,0
Não concluiu curso de nível técnico	9,2	5,5
Concluiu curso de nível técnico	10,0	6,7
Com escolaridade até o fundamental incompleto, porém sem ter ou está cursando EP	3,9	3,0
Com escolaridade entre o fundamental completo e o médio incompleto, porém sem ter ou está cursando EP	5,1	4,0
Com escolaridade entre o médio completo e o superior incompleto, porém sem ter ou está cursando EP	8,1	6,1

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD de 2007.

Por fim, é importante analisar o valor médio do salário-hora daqueles indivíduos que estavam ocupados no momento da entrevista. Percebe-se que, independentemente da escolaridade ou da ligação com a educação não formal, as mulheres possuem um salário-hora inferior ao dos homens. Além disso, nota-se como os rendimentos estão fortemente relacionados à educação, visto que quanto mais elevado o grau escolar maior o retorno salarial do indivíduo. A educação profissional também corrobora esse argumento na medida em que os indivíduos que continuaram investindo em seu capital humano, optando por cursos de qualificação profissional ou nível técnico, estão associados a um maior salário-hora se comparados às categorias de escolaridade formais compatíveis, principalmente aqueles que concluíram tais cursos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada tem como motivação principal a teoria do capital humano e, em especial, a contribuição de Mincer (1974) através da especificação de sua equação de rendimentos que pode ser descrita da seguinte maneira:

$$\ln W_i = f(s_i, x_i, z_i) + u_i, \quad i = 1, 2, \dots, n$$

onde $\ln W_i$ indica o logaritmo natural dos rendimentos do indivíduo i , s_i é a medida de educação, x_i denota experiência, z_i são características individuais e u_i é um erro estocástico.

O presente artigo faz uma adaptação dessa estrutura para captar os retornos da educação técnica sobre os rendimentos do trabalho por meio da inclusão das variáveis de educação não formal como um subgrupo do componente “educação”. Além disso, tal estrutura estará dividida segundo o gênero, pois evidências indicam a existência de diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres.

A estimação dos modelos é realizada através do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) – do inglês Ordinary Least Squares (OLS) – e do método elaborado por Heckman (1979) para correção de viés de seletividade amostral. Tal viés está relacionado à censura dos dados de rendimentos daqueles indivíduos que não estão ocupados ou que não recebem remuneração, e com isso a amostra deixa de ser aleatória. Com essa correção é possível captar a taxa de retorno da escolaridade não formal nos salários para a população como um todo, e não apenas para o grupo específico de pessoas ocupadas.

A tabela 4 descreve os dois grupos de equações, apresentando as aberturas das variáveis de escolaridade não formal assim como os controles utilizados. Vale destacar que existem diferenças entre os controles que representam as variáveis de identificação da equação de seleção, ou seja, aquelas que interferem na decisão de participar da força de trabalho, mas não influenciam os salários recebidos.

TABELA 4
Estrutura dos modelos¹

Variável dependente	Variáveis de escolaridade não formal	Controles
Logaritmo neperiano no salário-hora do trabalho principal	Concluiu/não concluiu o curso de qualificação profissional + concluiu/não concluiu o curso de nível técnico + está cursando educação profissional	<i>Dummies</i> para: escolaridade formal, faixas de idade, <i>status</i> marital, RMs, setor de atividade e posição na ocupação + idade ao quadrado
	Concluiu dividido entre os que trabalham ou já trabalharam e aqueles que nunca trabalharam na área do curso/não concluiu o curso de qualificação profissional + concluiu dividido entre os que trabalham ou já trabalharam e aqueles que nunca trabalharam na área do curso/não concluiu o curso de nível técnico + está cursando educação profissional	
	Concluiu por tipo de instituição de ensino/não concluiu o curso de qualificação profissional + concluiu por tipo de instituição de ensino/não concluiu o curso de nível técnico + está cursando educação profissional	
Variável binária indicando se o indivíduo está ou não ocupado	Mesmas subdivisões da equação de salário	<i>Dummies</i> para: escolaridade formal, faixas de idade, RMs, composição familiar dos filhos + idade ao quadrado + interação entre o <i>status</i> marital e as características dos cônjuges

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2007.

¹ O grupo de referência das variáveis de escolaridade não formal é “não ter cursado, nem estar cursando educação profissional”, já para educação formal a referência é “nível escolar até o ensino fundamental incompleto”. As demais referências são: faixa de idade entre 25 e 29 anos, setor agropecuário, empregado com carteira assinada, RM de Belém, não ser casado e não ter filhos.

4 RESULTADOS

Antes de iniciar esta seção, vale ressaltar que os resultados expostos devem ser interpretados com cautela, na medida em que provavelmente não houve uma seleção aleatória dos indivíduos que fizeram ou não os cursos profissionalizantes. Logo, os efeitos sobre o salário-hora associados ao componente de educação não formal podem estar relacionados não somente à realização dos cursos, mas também a características não observáveis dos indivíduos que os fizeram. Uma situação que exemplifica esse problema é a da pessoa naturalmente mais motivada que já recebia um salário mais elevado, mas que também investiu em educação

profissionalizante.⁵ Cabe ainda lembrar que só foram mantidos na amostra os indivíduos que estariam mais propensos a se beneficiar dos efeitos da realização dos cursos de educação não formal, ou seja, aqueles com escolaridade inferior à graduação completa.

As tabelas de 5 a 7 exibem os resultados dos modelos estimados por MQO e com correção de Heckman tanto para homens quanto para mulheres no ano de 2007. Em todos os modelos verificou-se a existência de viés de seleção amostral, visto que o coeficiente associado ao parâmetro (α) que indica a correlação entre os resíduos das equações de salário e de participação é significativamente diferente de zero. Assim, esses resultados com correção de Heckman são os mais adequados na análise dos rendimentos.

O primeiro modelo investiga o efeito da educação não formal das pessoas que estavam cursando ou já haviam cursado qualificação profissional ou nível técnico, dividindo esta última categoria entre pessoas que concluíram ou não tais cursos. As variáveis que indicam a frequência no momento da entrevista apresentam um coeficiente não significativo para as mulheres, o que pode sinalizar que durante o período do curso não existiu, para elas, impacto sobre os rendimentos do trabalho, e positivo e significativo para os homens, principalmente no caso de eles estarem cursando o nível técnico. Para quem já cursou, os resultados mostram que há efeito sobre o salário somente se o indivíduo houver concluído o curso. O abandono do curso em nada impacta os rendimentos e isso é válido para homens e mulheres. Nota-se ainda que o efeito é maior no caso do nível técnico, o que pode estar refletindo as maiores exigências estruturais de tais cursos.

Visto que a conclusão da etapa do curso tem efeito significativo, cabe analisar se o aproveitamento desse curso no mercado de trabalho é mais bem remunerado caso o indivíduo trabalhe na sua área de especialização. Para isso, o modelo da tabela 6 separa a variável de conclusão entre aqueles que estão exercendo ou já exerceram atividade ligada à área de formação profissionalizante e aqueles que não o fizeram. Os resultados mostram que ter uma ligação com a ocupação na área de formação gera um efeito positivo e superior à variável de conclusão do curso da tabela 5. Todavia, observa-se um impacto negativo e significativo sobre aqueles que nunca trabalharam na área do curso, com exceção dos homens que cursaram o nível técnico.

Também se buscou investigar se haveria retornos distintos entre as instituições de ensino que ofertam os cursos de educação profissional. Dessa forma, as pessoas que concluíram alguma forma de curso foram decompostas em grupos de acordo com as instituições de ensino que frequentaram. Como resultado, constata-se que as mulheres que frequentaram o Sistema S e as instituições particulares durante o curso de qualificação profissional obtiveram salários mais elevados, ocorrendo o mesmo para os homens. Adicionalmente, nota-se que os cursos de nível técnico também apresentam retornos altos quando os indivíduos estiveram vinculados ao Sistema S. Além disso, o ensino público mostrou-se importante para os homens e as instituições particulares e outros tiveram destaque entre as mulheres.

5. Para tentar minimizar essa dificuldade de garantir uma causalidade entre salários e ensino profissionalizante, o artigo busca expandir a investigação por meio da utilização do conjunto de informações específicas dos cursos. Nesta nota, a autora se limitou a analisar três modelos, porém, havendo interesse, poderá disponibilizar as demais especificações.

TABELA 5
Resultado: modelo 1

Variáveis	Mulher			Homem		
	OLS ln salário-hora	Com correção de Heckman atrhho	Insignia	OLS ln salário-hora	Com correção de Heckman ocupação	Insignia
Faixa de idade entre 30 e 35 anos	0,073*** (0,020)	0,149*** (0,021)	0,164*** (0,021)	0,084*** (0,016)	0,074*** (0,016)	0,147*** (0,017)
Faixa de idade entre 36 e 45 anos	0,121*** (0,033)	0,234*** (0,034)	0,227*** (0,033)	0,099*** (0,027)	0,081*** (0,027)	0,285*** (0,026)
Faixa de idade entre 46 e 55 anos	0,162*** (0,058)	0,231*** (0,061)	0,104* (0,057)	0,094* (0,048)	0,084* (0,048)	0,160*** (0,045)
Idade ao quadrado	0	0	-0,000***	0,000***	0,000***	-0,000***
	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fundamental completo, mas médio incompleto	0,163*** (0,016)	0,201*** (0,017)	0,126*** (0,017)	0,219*** (0,013)	0,212*** (0,013)	0,080*** (0,013)
Médio completo, mas graduação incompleta	0,491*** (0,015)	0,573*** (0,016)	0,335*** (0,016)	0,521*** (0,013)	0,510*** (0,013)	0,141*** (0,012)
É casado	0,027** (0,012)	-0,095*** (0,013)		0,132*** (0,011)	0,100*** (0,011)	
Não concluiu o curso de qualificação profissional	-0,015 (0,043)	-0,004 (0,044)	0,052 (0,040)	-0,023 (0,049)	-0,018 (0,049)	-0,077* (0,044)
Concluiu o curso de qualificação profissional	0,015 (0,015)	0,112*** (0,016)	0,254*** (0,015)	0,070*** (0,012)	0,067*** (0,012)	0,053*** (0,012)
Não concluiu o curso de nível técnico	0,088 (0,082)	0,11 (0,090)	0,035 (0,075)	0,130* (0,078)	0,132* (0,078)	-0,081 (0,064)
Concluiu o curso de nível técnico	0,145*** (0,026)	0,256*** (0,027)	0,321*** (0,025)	0,279*** (0,026)	0,271*** (0,025)	0,157*** (0,023)
Está cursando qualificação profissional	-0,009 (0,041)	-0,03 (0,044)	-0,056 (0,041)	0,087** (0,035)	0,082** (0,034)	0,097*** (0,033)
Está cursando nível técnico	-0,005 (0,063)	0,014 (0,065)	0,027 (0,066)	0,177*** (0,053)	0,175*** (0,053)	-0,003 (0,064)

(continua)

Variáveis	Mulher				Homem			
	OLS		Com correção de Heckman		OLS		Com correção de Heckman	
	In salário-hora	In salário-hora	athrho	Insigma	In salário-hora	athrho	Insigma	
Sector industrial	0,12 (0,138)	0,179 (0,143)			0,434*** (0,047)		0,430*** (0,047)	
Sector de construção civil	0,546*** (0,174)	0,544*** (0,169)			0,248*** (0,046)		0,246*** (0,046)	
Sector de comércio	0,179 (0,138)	0,222 (0,143)			0,301*** (0,047)		0,298*** (0,046)	
Sector de serviços e transporte	0,182 (0,137)	0,235* (0,142)			0,419*** (0,047)		0,415*** (0,047)	
sector de administração pública	0,451*** (0,142)	0,479*** (0,147)			0,644*** (0,055)		0,640*** (0,055)	
Outros setores	0,222 (0,138)	0,264* (0,143)			0,312*** (0,047)		0,308*** (0,047)	
Estatuário ou militar	0,308*** (0,024)	0,286*** (0,023)			0,198*** (0,028)		0,198*** (0,028)	
Empregado sem carteira assinada	-0,087*** (0,014)	-0,121*** (0,014)			-0,110*** (0,016)		-0,109*** (0,016)	
Conta-própria	0,009 (0,020)	-0,097*** (0,021)			0,055*** (0,015)		0,055*** (0,014)	
Empregador	0,770*** (0,054)	0,635*** (0,055)			0,645*** (0,031)		0,644*** (0,031)	
Ter só filhos de 0 a 5 anos							0,277*** (0,018)	
Ter só filhos de 6 a 10 anos							0,366*** (0,020)	
Ter só filhos com 11 anos ou mais							0,247*** (0,015)	
Ter ao menos um filho de 0 a 5 anos e outro de 6 a 10 anos							0,328*** (0,021)	
Ter ao menos um filho de 0 a 5 anos e outro de 11 anos ou mais							0,382*** (0,026)	
Ter ao menos um filho de 6 a 10 anos e outro de 11 anos ou mais							0,297*** (0,019)	
Ter ao menos um filho de 0 a 5 anos, outro de 6 a 10 anos e outro de 11 anos ou mais							0,204*** (0,032)	

(continua)

Variáveis	Mulher				Homem				
	OLS		Correção de Heckman		OLS		Correção de Heckman		
	ln salário-hora	ln salário-hora	atrhho	Insigma	ln salário-hora	ln salário-hora	atrhho	Insigma	
Interação entre casado e educação do cônjuge									
Interação entre casado e aposentadoria do cônjuge									
Interação entre casado e ocupação do cônjuge									
Interação entre casado e desemprego do cônjuge									
Constante	0.393*** (0,141)	-0,019 (0,147)	0.194*** (0,035)	1.113*** (0,044)	-0,214*** (0,016)	0.236*** (0,054)	0.297*** (0,053)	-0,259*** (0,020)	-0,463*** (0,009)
Número de observações	17.135	29.502	29.502	29.502	29.502	22.596	26.498	26.498	26.498
R ²	0,244				0,303				

Fonte: elaboração própria com base na PNAD 2007.

Notas: Erros-padrão robustos são reportados entre parênteses.

*** p < 0.01, ** p < 0.05, * p < 0.1

TABELA 6
Resultado: modelo 2

Variáveis	Mulher			Homem		
	OLS ln salário-hora	Com correção de Heckman ocupação	Insigma athirho	OLS ln salário-hora	Com correção de Heckman ocupação	Insigma athirho
Não concluiu o curso de qualificação profissional	-0,016 (0,043)	0,05 (0,040)		-0,023 (0,049)	-0,077* (0,044)	
Trabalha ou já trabalhou na área do curso de qualificação profissional	0,074*** (0,018)	0,528*** (0,018)		0,111*** (0,014)	0,115*** (0,013)	
Não trabalha nem já trabalhou na área do curso de qualificação profissional	-0,098*** (0,022)	-0,092*** (0,023)		-0,044** (0,020)	-0,092*** (0,020)	
Não concluiu o curso de nível técnico	0,09 (0,082)	0,041 (0,075)		0,130* (0,079)	-0,08 (0,064)	
Trabalha ou já trabalhou na área do curso de nível técnico	0,242*** (0,029)	0,462*** (0,029)		0,321*** (0,030)	0,196*** (0,026)	
Não trabalha nem já trabalhou na área do curso de nível técnico	-0,089** (0,045)	0,045 (0,043)		0,146*** (0,042)	0,041 (0,041)	
Está cursando qualificação profissional	-0,008 (0,041)	-0,046 (0,041)		0,088** (0,035)	0,102*** (0,033)	
Está cursando nível técnico	-0,014 (0,064)	0,001 (0,067)		0,172*** (0,053)	-0,008 (0,064)	
Constante	0,409*** (0,141)	0,230*** (0,036)	1,104*** (0,045)	0,247*** (0,054)	0,846*** (0,026)	-0,260*** (0,009)
Número de observações	17.135	29.502	29.502	22.596	26.498	26.498
R ²	0,249			0,305		

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2007.

Notas: Erros-padrão robustos são reportados entre parênteses.

*** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$.

TABELA 7
Resultado: modelo 3

Variáveis	Mulher			Homem		
	OLS	Com correção de Heckman	OLS	Com correção de Heckman	OLS	Com correção de Heckman
	ln salário-hora	ln salário-hora ocupação	ln salário-hora	ln salário-hora	ln salário-hora	ln salário-hora
Não concluiu o curso de qualificação profissional	-0,015 (0,043)	0,052 (0,040)	-0,023 (0,049)	-0,018 (0,049)	-0,077* (0,044)	
Concluiu a qualificação profissional em instituição de ensino particular ou em outro tipo de instituição	0,034* (0,018)	0,131*** (0,019)	0,052*** (0,015)	0,049*** (0,015)		
Concluiu a qualificação profissional em instituição de ensino público (todas as esferas)	-0,081*** (0,028)	0,022 (0,030)	-0,025 (0,031)	-0,027 (0,031)		
Concluiu a qualificação profissional em instituição do Sistema S ¹	0,051* (0,029)	0,146*** (0,029)	0,128*** (0,019)	0,125*** (0,019)		
Não concluiu o curso de nível técnico	0,088 (0,082)	0,11 (0,090)	0,130* (0,078)	0,133* (0,078)	-0,081 (0,063)	
Concluiu o nível técnico em instituição de ensino particular ou em outro tipo de instituição	0,181*** (0,034)	0,292*** (0,034)	0,248*** (0,036)	0,241*** (0,036)		
Concluiu o nível técnico em instituição de ensino público (todas as esferas)	0,075** (0,036)	0,187*** (0,035)	0,321*** (0,043)	0,313*** (0,042)		
Concluiu o nível técnico em instituição do Sistema S ¹	0,243** (0,098)	0,352*** (0,088)	0,277*** (0,050)	0,270*** (0,049)		
Está cursando qualificação profissional	-0,006 (0,041)	-0,028 (0,044)	0,088** (0,034)	0,084** (0,034)	0,097*** (0,033)	
Está cursando nível técnico	-0,007 (0,063)	0,013 (0,064)	0,176*** (0,054)	0,174*** (0,053)	-0,003 (0,064)	
Constante	0,391*** (0,140)	-0,019 (0,146)	1,113*** (0,044)	0,299*** (0,053)	-0,257*** (0,026)	-0,464*** (0,009)
Número de observações	17.135	29.502	29.502	26.498	26.498	26.498
R ²	0,245				0,304	

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD 2007.

Notas: Erros-padrão robustos são reportados entre parênteses.

*** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,1.

¹ Sistema S: Serviço Social de Transportes (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

5 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo investigar o efeito da educação técnica profissionalizante sobre os rendimentos do trabalho no Brasil entre homens e mulheres. Esta análise gera uma importante contribuição na medida em que abrange o impacto da educação não formal.

Os resultados indicam que a educação profissional é um fator explicativo importante nos rendimentos. Em especial, o efeito é mais elevado quando o curso frequentado tem um grau de exigência educacional e de estrutura de ensino maior, como no caso do curso de nível técnico. Todavia, verifica-se que tal impacto é válido para os indivíduos que conseguiram completar a etapa de estudo e trabalham ou já trabalharam na área em que se formaram.

Uma possível explicação para o aumento do efeito nos rendimentos quando há interação entre conclusão e trabalho na área do curso é o capital humano específico. É possível que esses trabalhadores tenham um melhor aproveitamento do que aprenderam durante o curso e com isso, dada a produtividade mais elevada, recebam maiores salários. Por outro lado, tal fato pode refletir uma questão alocacional, em que apenas os indivíduos melhores e mais qualificados conseguem emprego na área em que se especializaram.

REFERÊNCIAS

HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, v. 47, p. 153-162, 1979.

PNAD/IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2007 e 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>

MINCER, J. **Schooling, experience and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

BOLSA FAMÍLIA, ESCOLHA OCUPACIONAL E INFORMALIDADE NO BRASIL*

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa**

Carlos Henrique L. Corseuil***

1 INTRODUÇÃO

O Bolsa Família (BF) é um programa assistencialista que visa melhorar o bem-estar de famílias pobres distribuindo recursos financeiros para sua população-alvo.¹ Pode-se dizer que a cobertura do programa é bem extensa, haja vista que em 2011 mais de 12 milhões de famílias são beneficiadas pelo BF em todo o território nacional (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>). Um programa dessa magnitude torna imperativa a necessidade de se avaliarem seus efeitos.

Por um lado sabe-se que o programa é muito bem-sucedido em relação a seus objetivos de combater a pobreza e reduzir a desigualdade de renda no país (SOARES; SÁTYRO, 2009; SOARES; RIBAS; OSÓRIO, 2007). Porém há que se levar em conta também outros potenciais efeitos do programa sobre o bem-estar social.

Uma dimensão que tem preocupado muito os economistas é a da oferta de trabalho. A motivação para tal preocupação consiste numa predição teórica de que o montante de dinheiro recebido por intermédio do BF tenderia a diminuir o montante de trabalho ofertado pelos beneficiários do programa. A intuição por trás dessa predição é a de que, para um mesmo montante financeiro a ser recebido, o indivíduo preferiria ser remunerado pelo programa a ser remunerado por um trabalho que, em geral, lhe traz desconforto (seja pelo esforço, pelo deslocamento ou pelo desgosto com a natureza da tarefa). No entanto tal predição foi refutada empiricamente por diversos estudos que avaliam o impacto do BF sobre a participação e jornada de trabalho dos beneficiários (TEIXEIRA, 2011; FOGUEL; BARROS, 2010).²

A motivação desta nota reside no fato de a predição teórica em questão considerar o trabalho como algo homogêneo, em particular em relação à visibilidade da sua remuneração pelo órgão gestor do programa. Porém é razoável supor que os rendimentos provenientes do trabalho por conta própria ou mesmo do emprego sem carteira assinada sejam menos

* Os autores agradecem a Sergei Soares por vários esclarecimentos sobre o funcionamento do Bolsa Família e a Matheus Stivali pelas informações disponibilizadas sobre os microdados da POF 2008-2009.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Disoc/Ipea.

1. Como um programa de transferência condicionada, o BF exige dos beneficiários o cumprimento de contrapartidas associadas a saúde infantil e educação.

2. Importante ressaltar que alguns estudos refutam a tese de "efeito preguiça", ou seja, da existência do incentivo adverso na oferta de trabalho das mães residentes em domicílios beneficiários. Tanto Tavares (2008) quanto Soares, Ribas e Osório (2007) indicam um impacto positivo do BF sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho.

visíveis do que aquele proveniente do emprego com carteira assinada. Nesse caso é possível que o BF afete mais a escolha sobre a ocupação em que o indivíduo estaria interessado em trabalhar do que a escolha entre trabalhar ou não trabalhar.

O objetivo principal desta nota é, portanto, identificar em que medida o BF distorce a escolha ocupacional dos beneficiários no sentido de torná-los mais propensos a optar por uma ocupação informal.

É bem verdade que desde a implementação do BF até os dias de hoje há uma tendência de queda da taxa de informalidade no Brasil. Por exemplo, Corseuil *et al.* (2010) analisam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e reportam uma queda em torno de 8 pontos percentuais (p.p.) nessa taxa entre 2003 e 2009. No entanto, diversos outros fatores podem estar agindo para que o movimento de queda domine uma eventual pressão exercida pelo efeito que estamos interessados em identificar.³

2 METODOLOGIA

Nossa estratégia empírica para identificar se há algum efeito do BF sobre a escolha ocupacional da população-alvo do programa consiste em contrastar as escolhas feitas por grupos específicos de domicílios elegíveis e não elegíveis. A delimitação desses grupos específicos é o aspecto central de nossa metodologia e será feita visando tornar o grupo não elegível o mais similar possível do grupo elegível, de forma que estaremos tomando as decisões do primeiro grupo como um contrafactual do que teriam sido as decisões do segundo grupo caso não houvesse o programa. Nesse sentido os grupos serão delimitados para que contrastemos as decisões de domicílios elegíveis, porém “quase inelegíveis” com as decisões tomadas em domicílios não elegíveis, porém “quase elegíveis”.

Sendo assim, explorar o critério de elegibilidade é fundamental para os nossos propósitos. O benefício concedido pelo programa BF varia de acordo com dois critérios de elegibilidade. O primeiro está associado com a situação socioeconômica da família medida pela renda familiar *per capita* – a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família dividida pelo total de indivíduos na família.⁴ A partir de abril de 2011, são consideradas elegíveis as famílias em situação de extrema pobreza, cuja renda familiar *per capita* é inferior a R\$ 70,00 mensais, e famílias em situação de pobreza com renda familiar *per capita* mensal até R\$ 140,00. O segundo critério de elegibilidade está associado à composição familiar e exige do beneficiário o cumprimento de condicionalidades associadas à saúde infantil e à educação.⁵

As famílias com renda mensal *per capita* abaixo da linha de pobreza extrema podem ser incluídas no programa e receberem um benefício fixo de R\$ 70,00, independentemente de sua composição e um benefício variável caso haja dependentes entre os integrantes da

3. Entre esses fatores temos a expansão do crédito, a própria expansão econômica, simplificações burocráticas e/ou desonerações para que as firmas operem no setor formal. Muitos desses fatores foram analisados nas notas técnicas da edição de número 39 deste boletim.

4. Definição encontrada no Decreto nº 6.135 (26/06/2007), que dispõe sobre o Cadastro Único, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, utilizado para a seleção de beneficiários do BF e outros programas sociais.

5. No caso da saúde infantil, exige-se a realização de exames pré-natais para as gestantes e o acompanhamento médico para as nutrizes entre 14 e 44 anos, além do acompanhamento pediátrico para o crescimento e desenvolvimento de crianças até 6 anos. No caso da educação, as condicionalidades estão associadas ao acesso e à manutenção das crianças e dos jovens na escola.

família (para crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos). Por sua vez, as famílias abaixo da linha de pobreza, com renda mensal *per capita* entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, podem ingressar no programa desde que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos de idade; recebem, portanto, apenas o benefício variável. Ambos os grupos de famílias (extremamente pobres e pobres) recebem benefício mensal variável de R\$ 32,00 por gestante, nutriz e filho de até 15 anos de idade, podendo chegar ao limite de R\$ 96,00 e um benefício variável de R\$ 38,00 para cada adolescente de 16 e 17 anos até o limite de R\$ 76,00. O valor máximo de benefícios do programa BF que uma família extremamente pobre e pobre pode receber é de, respectivamente, R\$ 242,00 e R\$ 172,00.

A discussão acima nos informa que a elegibilidade é guiada fundamentalmente por dois fatores: renda domiciliar *per capita* e idade do filho mais novo. Logo o passo fundamental da nossa metodologia consistiria em selecionar na nossa base de dados domicílios ou com renda ou com idade do filho mais novo próxima ao limite que define a elegibilidade. Em seguida, essa subamostra de domicílios próxima ao limite da elegibilidade seria dividida em dois grupos, com o primeiro sendo os domicílios elegíveis e o segundo aqueles não elegíveis. Como a mensuração da renda é algo particularmente problemático em domicílios pobres, optamos por definir os grupos a partir da idade do filho mais novo.

Dessa forma, o nosso principal critério de delimitação da amostra foi considerar apenas os domicílios onde os filhos mais novos tenham idade entre 16 anos e meio (198 meses) e 18 anos e meio (222 meses). Essa subamostra foi então dividida nos seguintes grupos:

- “elegíveis quase não elegíveis”: domicílios com filhos mais novos na idade entre 16 anos e seis meses (198 meses) e 17 anos e 11 meses (215 meses); e
- “não elegíveis quase elegíveis”: domicílios com filhos mais novos na idade entre 18 anos (216 meses) e 18 anos e seis meses (222 meses).

Ambos os grupos descritos acima estão sujeitos ainda a algumas restrições adicionais. A primeira delas, válida para ambos os grupos, vem a ser que o *rendimento do trabalho principal do chefe seja inferior a R\$ 415,00* – salário mínimo (SM) vigente em 15 de janeiro de 2009. As demais restrições impostas dependem do exercício que faremos visando analisar as distorções (se existentes!) geradas pelo programa BF na escolha ocupacional dos chefes das famílias beneficiárias. Nesta nota vamos reportar resultados de dois exercícios motivados pelas seguintes perguntas:

- O BF distorce a escolha da ocupação principal do chefe do domicílio?
- O BF distorce a escolha de uma ocupação que funcione como fonte secundária de rendimento para o domicílio (ocupação secundária do chefe e/ou ocupação principal de outro membro do domicílio) ?

Para responder a primeira pergunta impomos as seguintes restrições adicionais na amostra:

- os rendimentos de transferência não superam o limite do BF; e
- única fonte de rendimento do trabalho é a ocupação principal do chefe.

Para responder a segunda pergunta consideraremos aquele trabalho que, excluindo o trabalho principal do chefe, apresenta o maior rendimento bruto mensal. Além disso, impomos as seguintes restrições adicionais na amostra:

- os rendimentos de transferência somados ao da ocupação principal do chefe não superam o limite do BF; e

- existe no domicílio outra fonte de rendimento do trabalho além da ocupação principal do chefe.

3 BASE DE DADOS E RESULTADOS

Para implementar essa metodologia utilizamos a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada nos anos de 2008 e 2009 pelo IBGE.⁶ Entre outras coisas a POF fornece informações sobre a composição dos orçamentos domésticos das famílias, e sobre as características demográficas dos domicílios, que são as informações necessárias ao nosso trabalho.⁷

Com relação aos rendimentos dos moradores, foram pesquisados todos os rendimentos monetários obtidos através do trabalho, de transferências, outros rendimentos e empréstimos, bem como as principais deduções (de previdência pública e do imposto de renda) e encargos incidentes sobre os mesmos. Vale destacar a possibilidade de isolar na POF o rendimento proveniente do BF.

A nossa definição de trabalho informal, a partir dos dados da POF, usa a informação de contribuição para a previdência para distinguir os empregados formais dos informais.⁸ Para os fins deste estudo, o trabalhador faz parte do setor informal se não houver dedução da previdência pública – para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou para os governos municipal, estadual e federal – no seu rendimento bruto ou se for trabalhador por conta própria. Por sua vez, o trabalhador é classificado como trabalhador do setor formal se houver deduções do rendimento referentes à previdência pública e se for empregador.⁹

A composição da força de trabalho no Brasil seguindo o critério acima é apresentada na tabela 1. A tabela mostra uma desagregação por tipo de ocupação em cada setor (formal e informal). O emprego do setor informal representa quase 57% da força de trabalho no Brasil. Nota-se que, no mercado de trabalho informal, prevalece a ocupação de autônomos (conta-própria), com uma representatividade de 32% do total. No setor formal, por sua vez, predomina a condição de empregados entre os trabalhadores (cerca de 42% da amostra).

Quando a análise se restringe unicamente às famílias elegíveis pelo programa BF, a taxa de informalidade aumenta de forma significativa.¹⁰ A tabela 2 mostra que a participação da

6. Assim como a POF 2002-2003, a amostra da POF 2008-2009 fornece análise para 70 domínios geográficos: a população total, a população urbana dos 27 estados brasileiros, áreas rurais das 5 regiões do país, e 9 RMs – Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, a cidade de Goiânia e o Distrito Federal.

7. A POF 2008-2009 cobriu um período de 12 meses, entre maio de 2008 e maio de 2009, tendo como data de referência 15 de janeiro de 2009, quando o SM era de R\$ 415,00. A amostra da POF 2008-2009 abarcou 55.970 domicílios (56.091 unidades de consumo ou famílias), com 190.159 residentes.

8. No Brasil, a maior parte dos estudos distingue esses dois tipos de empregados pela posse da carteira de trabalho assinada pelo empregador. No entanto essa última informação não está disponível na POF. De qualquer forma a definição pela contribuição previdenciária também é usada em outros trabalhos (por exemplo, ver MENEZES-FILHO; MENDES; ALMEIDA, 2004) e os resultados não diferem muito – a esse respeito, Corseuil e Reis (2011) mostram que a taxa de informalidade varia apenas cerca de 1,5 p.p. quando se adotam um ou outro critério.

9. A POF classifica a ocupação do trabalhador em nove tipos: *i)* empregado privado; *ii)* empregado público; *iii)* empregado doméstico; *iv)* empregado temporário na área rural; *v)* empregador; *vi)* conta-própria; *vii)* aprendiz ou estagiário; *viii)* não remunerado em ajuda a membro do domicílio; *ix)* trabalhador na produção para o próprio consumo. Pela baixíssima representatividade na POF, os três últimos tipos de ocupações são retirados da nossa amostra.

10. A POF 2008-2009 cobriu um período de 12 meses, e teve início no dia 19 de maio de 2002 e término no dia 18 de maio de 2009, tendo como data de referência 15 de janeiro de 2009. Portanto, os critérios de elegibilidade e de benefícios usados para a análise são aqueles instituídos em junho de 2008 e vigentes até janeiro de 2009. As linhas de extrema pobreza e pobreza vigentes eram R\$ 60,00 e R\$ 120,00, respectivamente.

força de trabalho no setor informal chega a quase 80% do total. No que tange à composição de ocupação, mantêm-se os resultados qualitativos de predominância no setor formal de empregados e, no setor informal, de trabalhadores por conta própria.

TABELA 1
Composição do mercado de trabalho no Brasil¹

	Milhões	%
Formal	17.603.945	43,2
Empregado	17.208.996	42,2
Empregador	394.949	1,0
Informal	23.133.727	56,8
Empregado	10.001.857	24,6
Conta-própria	13.131.870	32,2
Total	40.737.672	100,0

Fonte: POF 2008-2009.

Nota: ¹ Foram computados somente os trabalhos principais dos chefes de família.

TABELA 2
Composição do mercado de trabalho das famílias elegíveis¹ – critério de elegibilidade: renda do trabalho principal do chefe de família + renda não trabalho da família

	Milhões	%
Formal	1.318.794	21,2
Empregado	1.314.794	21,2
Empregador	4.000	0,1
Informal	4.893.916	78,8
Empregado	2.367.239	38,1
Conta-própria	2.526.677	40,7
Total	6.212.710	100,0

Fonte: POF 2008-2009.

Nota: ¹ Foram computados somente os trabalhos principais dos chefes de família.

De forma geral, a inserção dos beneficiários do BF no mercado de trabalho formal é bastante precária. Em que medida este fato é influenciado pelas transferências de recursos do BF ou por outros motivos que tendem a penalizar esse público no que diz respeito a sua inserção no mercado formal? A metodologia exposta acima visa exatamente isolar a contribuição do BF dos demais fatores.

A tabela 3 mostra uma comparação da composição ocupacional dos chefes de famílias em cada um dos dois grupos que consideramos em nossa metodologia. A informalidade é mais de 7 p.p. maior no grupo elegível (um aumento em torno de 15 %).

TABELA 3
Impacto do BF na escolha ocupacional do chefe

	Elegíveis ("quase inelegíveis")		Não elegíveis ("quase elegíveis")	
	Milhões	%	Milhões	%
Formal	851.788	41,0	358.496	48,6
Empregado	847.149	40,8	356.334	48,3
Empregador	4.639	0,2	2.162	0,3
Informal	1.223.363	59,0	379.891	51,4
Empregado	551.481	26,6	177.648	24,1
Conta-própria	671.882	32,4	202.243	27,4
Total	2.075.152	100,0	738.387	100,0

Fonte: POF 2008-2009.

A hipótese fundamental que permite usar tal comparação como uma medida do impacto do programa BF na escolha do tipo de ocupação no principal trabalho dos chefes de famílias beneficiárias do programa é a de que todos os demais fatores que afetam tal escolha o fazem da mesma forma num grupo ou no outro. Sob esta hipótese podemos dizer que o BF altera, de fato, a escolha do tipo de trabalho principal dos chefes de famílias beneficiárias.

A tabela 4 apresenta uma comparação da composição ocupacional do trabalho secundário do domicílio; seja o mesmo um trabalho secundário do chefe ou um trabalho principal de outro membro da família; em cada um dos dois grupos que consideramos em nossa metodologia. Os resultados nesse caso mostram que praticamente não há mudança na composição desse tipo de trabalho.

TABELA 4
Impacto do BF na escolha ocupacional do trabalho adicional do domicílio¹

	Elegíveis ("quase inelegíveis")		Não elegíveis ("quase elegíveis")	
	Milhões	%	Milhões	%
Formal	16.842	6,5	6.449	6,7
Empregado	16.842	6,5	6.449	6,7
Empregador	-	-	-	-
Informal	243.404	93,5	90.395	93,3
Empregado	147.078	35,5	46.670	36,1
Conta-prória	177.059	68,0	55.438	57,2
Total	260.247	100,0	96.844	100,0

Fonte: POF 2008-2009.

Nota: ¹ Trabalho adicional representa o trabalho secundário do chefe de família ou o trabalho principal de outro membro do domicílio.

Tal resultado indica que o programa BF tende a gerar, de fato, alguma distorção na escolha ocupacional somente do trabalho principal do chefe da família, mas não na escolha ocupacional de nenhum outro trabalho do domicílio. O momento para uma reflexão a partir desse resultado parece bem oportuno, haja vista a discussão atual sobre a necessidade de oferecer "portas de saída" aos beneficiários do programa. Podemos deduzir, à luz dos resultados desta nota, que, entre outros impactos do eventual sucesso dessas iniciativas, estaria uma redução da taxa de informalidade do público-alvo do programa.

REFERÊNCIAS

CORSEUIL, C. H. *et al.* Um panorama do mercado de trabalho brasileiro em 2009. **Boletim Mercado de Trabalho** – Conjuntura e Análise, n. 45, Rio de Janeiro, Ipea, 2010 (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>

_____; REIS, M. C. Uma definição alternativa para ocupação informal. **Boletim Mercado de Trabalho** – Conjuntura e Análise, n. 46, Rio de Janeiro, Ipea, 2011 (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>

FOGUEL, M. N. F.; BARROS, R. P. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of Brazilian municipalities. **Estudos Econômicos**, v. 40, n. 2, p. 259-293, abr./jun. 2010.

MENEZES-FILHO, N.; MENDES, M.; ALMEIDA, S. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, 2004.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. **Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: cash transfer programmes in comparative perspective**. PNUD, International Poverty Center, 2007 (Evaluation Note n. 1). Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCEvaluationNote1.pdf>>

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **O programa Bolsa Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1.424).

TAVARES, P. A. Efeito no Programa Bolsa Família sobre o trabalho das mães. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008. **Anais...** Caxambu, Minas Gerais: ABEP, 2008.

TEIXEIRA, C. G. Efeitos da transferência de renda na oferta de trabalho. **Boletim Mercado de Trabalho** – Conjuntura e Análise, n. 46, Rio de Janeiro, Ipea, 2011 (Nota Técnica). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>

WAHROLÉN, M. L. H. **Bolsa Família e educação**: uma avaliação dos impactos da condicionalidade sobre a frequência escolar. 44 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Economia) – Faculdade IBMEC – Rio de Janeiro, 2010.

PERCEÇÃO SOCIAL SOBRE TRABALHO E RENDA NO BRASIL^{*3}

Sandro Pereira Silva**

1 INTRODUÇÃO

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips) foi pensado e desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para ser um instrumento útil à atuação, presente e futura, do Estado e da sociedade civil no campo da concepção, implementação e avaliação de políticas e estratégias. Nas diversas temáticas que ele envolve, o Sips fornece um amplo e valioso quadro de informações que permite analisar como a população brasileira percebe os serviços de utilidade pública oferecidos nas diferentes regiões, sobretudo em áreas urbanas, colaborando para a maior eficácia e eficiência dos investimentos públicos.

Este texto tratou de abordar de maneira sintética os resultados auferidos pela pesquisa do Sips referente à temática *Trabalho e Renda*, desenvolvida ao longo do segundo semestre de 2010. Participaram dela 2.773 pessoas, de 18 anos ou mais, residentes de áreas urbanas das cinco regiões do país, que responderam aos questionários com 73 perguntas objetivas. As questões abordaram os principais aspectos da inserção laboral, efetiva e potencial, dos grupos populacionais de natureza diversa frente ao mercado de trabalho: assalariados, conta-própria, pequenos empregadores, desempregados e inativos. Em termos gerais, buscou-se analisar questões relativas à percepção sobre o respeito aos direitos trabalhistas e às condições de trabalho, a percepção quanto às exigências e às dificuldades para o acesso ao trabalho assalariado, os condicionantes do desempenho dos empreendimentos e a filiação ao sistema de previdência público ou privado.

Neste texto, optou-se por abordar os resultados obtidos para o grupo dos *trabalhadores ocupados*. Para captar melhor a heterogeneidade de sua composição, seus integrantes foram divididos em dois subgrupos de análise: *i*) assalariados (com e sem registro formal); e *ii*) trabalhadores por conta própria ou empregadores de pequeno porte (com no máximo cinco empregados). Faz-se a seguir uma análise das principais características dessas categorias proporcionadas pela pesquisa do Sips.

2 TRABALHADORES ASSALARIADOS

Do total de ocupados, o grupo dos trabalhadores assalariados responde por 60,8%. Esse subgrupo pode ser dividido ainda entre trabalhadores assalariados com contratos formalizados (empregado com carteira de trabalho assinada, servidor público civil e militar), que perfizeram

* O autor agradece as contribuições de Roberto Gonzalez, Marcelo Galiza de Souza e Brunu Amorim, todos também da equipe da Disoc/Ipea, na revisão final deste texto.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

69,6% do subgrupo, e trabalhadores assalariados sem contrato de trabalho formalizado, que totalizaram 30,4% dessa amostra. Nesse tópico, tratou-se também de analisar a diferença de percepções entre os assalariados formalizados e não formalizados (ou informais),¹ sobretudo no que tange à jornada de trabalho, acesso a direitos e remuneração.

Em termos de jornada de trabalho, duas questões principais foram levantadas. A primeira delas indagou se os trabalhadores realizam horas extras habitualmente, fenômeno vedado pelas normas que regulam a duração do trabalho. A ampla maioria dos assalariados formais e informais afirmou que não, ainda que entre os formais 29,4% tenham afirmado que sim. Entre os informais, esse percentual é de 8,8%, o que não necessariamente significa que estes se submetam a jornadas menores.

Uma das razões para isso pode ser o fato de que a maior parte dos assalariados informais possui jornadas “atípicas” – inferiores a 40 horas ou, então, superiores a 44 horas semanais. A propósito, 38,7% deles trabalham mais que o limite previsto nas normas laborais, percentual superior ao dos assalariados formais (33,8%). O que talvez ocorra neste caso é que esse sobretrabalho dos informais não é por eles encarado como a realização de horas extras, mas como parte integrante do tempo normal de trabalho. Outra questão levantada foi se essas horas extras habitualmente realizadas são pagas ou compensadas pelos empregadores. A maior parte dos trabalhadores dos dois segmentos afirmou que sim. Contudo, os trabalhadores formais apresentaram um percentual maior de respeito às normas que regulam a duração do trabalho do que os trabalhadores informais: 89,4% contra 78,6%. Mais uma vez, é preciso ressaltar que, provavelmente, uma parte considerável dos trabalhadores sem contrato de trabalho formalizado compreende que jornadas de trabalho superiores às permitidas pela legislação compõem o seu tempo normal de trabalho, o que desobriga seus empregadores de pagarem ou compensarem qualquer hora adicional trabalhada.

Em termos da percepção da segurança no ambiente de trabalho, questionou-se se os trabalhadores enfrentam situações que ofereçam risco à saúde ou até mesmo à vida em seus postos. Nos dois segmentos, de assalariados formais e informais, a maioria afirmou que não enfrenta tais situações. Mesmo assim, é mister destacar que, entre os formais, o percentual daqueles que enfrentam situações de risco foi mais que o dobro do revelado pelos informais: 37,2% contra 18%. Constatou-se também que menos da metade dos trabalhadores nos dois segmentos que afirmaram enfrentar situações de risco no local de trabalho recebe adicionais por periculosidade. A situação é mais gritante entre os informais, pois apenas 13,8% os recebem, enquanto para os empregados formais esse percentual é de 43,2%.

Em termos de acesso à renda, foi adotado como parâmetro o salário mínimo (SM) nacional vigente em novembro de 2010, no valor de R\$ 510 por mês. Este, portanto, era o menor valor que poderia ser pago a um trabalhador assalariado em tempo integral no país. Entretanto, o gráfico 1 indica que havia um percentual razoável de trabalhadores ocupados em tempo integral² que não auferia essa renda. Note-se que nem mesmo aqueles trabalhadores considerados “protegidos” (servidores públicos civis e militares e trabalhadores com carteira de trabalho assinada) estavam livres de receber salários inferiores ao mínimo legal:

1. Embora o conceito de trabalho informal englobe uma miríade de possibilidades, dada a heterogeneidade do mercado de trabalho no Brasil, para os fins deste texto considera-se empregado informal aquele que não possui nenhum contrato de trabalho formalizado.

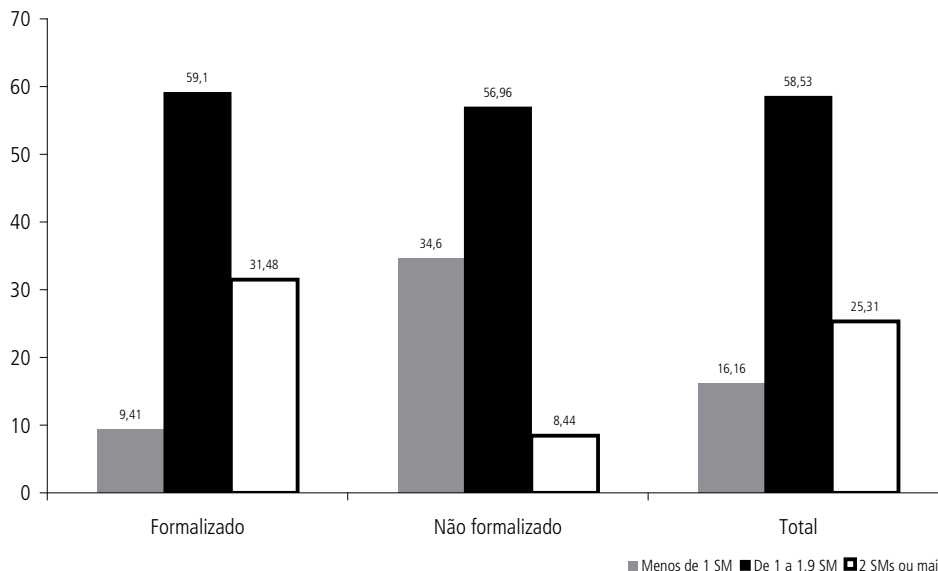
2. Considerou-se trabalho em tempo integral todo aquele que excede uma jornada de 25 horas semanais, conforme o Artigo 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

9,41% afirmaram receber. Entre aqueles que não possuíam carteira de trabalho assinada, mais de um terço não auferia o mínimo constitucional.

GRÁFICO 1

Trabalhadores assalariados em tempo integral por faixa de salário mensal normalmente recebido, segundo situação no mercado de trabalho

(Em %)



Fonte: Disoc/Ipea.

Foi perguntado ainda como os trabalhadores percebem o recebimento dos seus salários, tanto em relação ao valor efetivamente pago quanto ao prazo do pagamento. Como resultado, uma expressiva maioria afirmou que recebe corretamente do seu empregador o seu salário, seja no que diz respeito ao valor ou à data de pagamento. Porém, observou-se que entre os trabalhadores com contratos formalizados, 5% afirmaram não receber corretamente as obrigações por parte do empregador, enquanto no grupo dos assalariados sem carteira de trabalho assinada esse percentual foi o dobro, 10,6%. Por outro lado, um número substancial de trabalhadores formais (18,3%) afirmou que seus salários não estavam corretamente registrados na carteira de trabalho. Essa aparente contradição nas respostas dos assalariados formais pode ser decorrente do fato de uma parte dos trabalhadores levar mais a sério outros tipos de contratação do valor de seu salário, como por exemplo, o contrato verbal com o empregador, em detrimento do valor expresso na sua carteira de trabalho.

No entanto, essa prática, aparentemente comum no mercado de trabalho brasileiro, é utilizada por empregadores para reduzir o valor dos encargos sociais que recaem sobre o salário de seus empregados, atitude que acarreta prejuízos monetários aos trabalhadores no caso de afastamento do trabalho por motivo de acidente, doença, maternidade ou aposentadoria. Isso porque, nessas situações, o cálculo de qualquer um desses benefícios será realizado com base no salário de contribuição (aquele anotado na carteira de trabalho) e não no salário efetivamente pago pelo empregador.

Além do valor monetário do salário que o trabalhador recebe como contraprestação dos seus serviços e das condições de seu recebimento, pesquisou-se também se os trabalhadores sentem-se violados por seus empregadores no que diz respeito ao pagamento de seus direitos trabalhistas pecuniários: um terço de férias, 13º salário e recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Primeiramente, com relação ao FGTS, que diz respeito apenas aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, 5,6% deles afirmaram

que se sentem lesados no seu recolhimento por parte dos empregadores. Já no tocante ao recebimento de um terço de férias e ao 13º salário, o percentual de trabalhadores com contratos formalizados que se sentiam lesados é baixo (2,58%), mas entre os trabalhadores informais esse percentual corresponde a quase dois terços de seu total (64,6%).

Sobre a temática do acesso ao trabalho, os números apontam que a qualificação profissional é uma exigência com peso apenas relativo no processo de contratação. Os dados mostram que a formação escolar regular e a formação técnico-profissionalizante foram apontadas como principal exigência para seu emprego atual por apenas 12,4% dos trabalhadores assalariados. Outros requisitos, como a apresentação de referências pessoais (21,3%), a experiência na atividade a ser desenvolvida (23,1%) ou mesmo a ausência de quaisquer requisitos (25,8%) apresentaram um peso maior nos processo de contratação desses trabalhadores.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à contribuição ao instituto de previdência oficial – Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou regimes próprios. Isso porque a previdência social garante o acesso à renda no caso de perda da capacidade do trabalhador para gerá-la por meio do emprego, por exemplo, em situações de incapacidade por acidente, doença, maternidade ou velhice. Enquanto quase a totalidade dos trabalhadores formalizados contribui com algum tipo de previdência (sobretudo a oficial), entre os trabalhadores sem contrato de trabalho formalizado, 68,1% afirmaram que não estavam cobertos por algum sistema de previdência. Entre os motivos para a não filiação desses trabalhadores, o principal obstáculo apontado foi a insuficiência de renda, com 55,34% das respostas.

3 TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA E EMPREGADORES DE PEQUENO PORTE

Quando se trata de trabalhadores por conta própria e de empregadores de pequeno porte, é mais complicado discutir sobre o respeito a direitos trabalhistas, bem como a observância de adequadas condições de atividade. Até porque, historicamente, os direitos previstos nas normas laborais brasileiras referem-se apenas aos trabalhadores assalariados – sejam eles com vínculos privados ou públicos, contratados junto a empresas, órgãos estatais ou domicílios particulares.

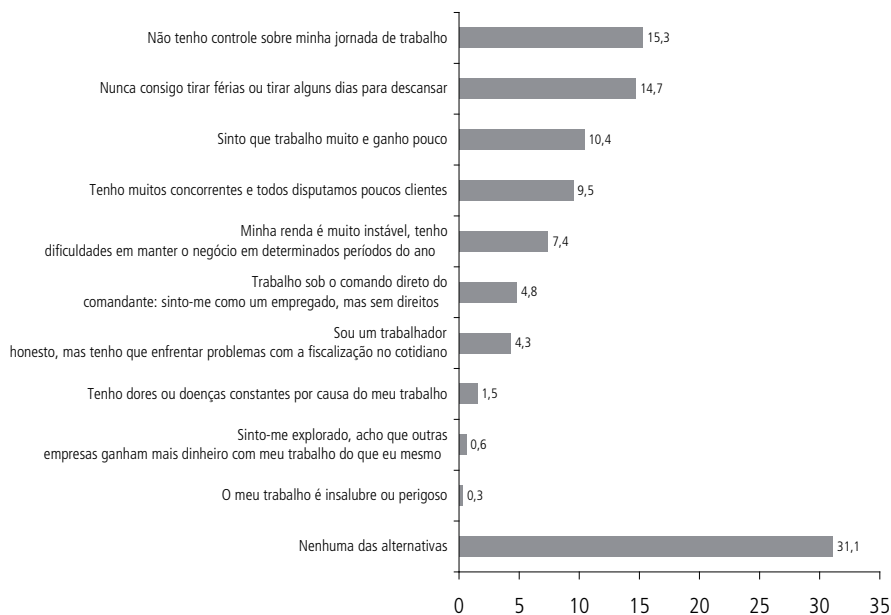
Não obstante, em alguma medida, as duas questões a seguir ajudam a dimensionar os problemas enfrentados por trabalhadores por conta própria e por empregadores de pequeno porte em suas atividades. A primeira questão refere-se ao local de funcionamento do empreendimento econômico: se ele é adequadamente estruturado, dedicado às atividades a serem realizadas. Verificou-se que mais da metade dos entrevistados que são conta-própria e pequenos empregadores (59,2%) percebe que seus locais de trabalho apresentam condições precárias.

O gráfico 2 apresenta a percepção dos trabalhadores por conta própria e empregadores de pequeno porte com respeito aos problemas que enfrentam na condução do negócio. Ressalta-se que os três itens mais lembrados dizem respeito à jornada de trabalho: 15,3% afirmaram que não tinham controle sobre a jornada de trabalho; 14,7%, que nunca conseguiam tirar férias ou alguns dias para descansar; 10,4%, que trabalhavam muito e ganhavam pouco. Ou seja, mesmo sem um parâmetro normativo específico para regular este tema, os trabalhadores desse subgrupo relataram a existência de problemas quanto ao controle de suas jornadas laborais. Os outros dois quesitos mais lembrados dizem respeito à relação de seus empreendimentos com o mercado: 9,5% ressaltaram que tinham muitos concorrentes e poucos clientes e 7,4% destacaram que tinham uma renda muito instável e que, por isso, sentiam dificuldade em manter o negócio em determinados períodos do ano. Importa, ainda, mencionar que 31,1% não afirmaram ter qualquer das dificuldades listadas na pesquisa.

GRÁFICO 2

Percepção dos trabalhadores quanto à sua atual situação de trabalho

(Em %)



Fonte: Disoc/Ipea.

Outro aspecto interessante levantado pela pesquisa é que, entre os trabalhadores por conta própria e empregadores de pequeno porte, a *discriminação pessoal* não é um elemento que afete o desempenho de suas atividades econômicas. Somados cada item, apenas 4% dos respondentes afirmam que esse desempenho é prejudicado pelo fato de serem, eles mesmos, homens ou mulheres, jovens ou idosos, brancos ou negros, portadores de alguma deficiência ou possuidores de algum atributo estético específico. Os dois principais fatores apontados foram de ordem econômica: menor capacidade de conseguir crédito (5,2%) e insuficiência de equipamentos de trabalho (4,4%).

No que tange à questão da qualificação profissional, este não parece ser propriamente um fator de destaque no processo de aprimoramento de desempenho de seus empreendimentos econômicos. Somente 1,7% dos entrevistados consideram que esse desempenho é efetivamente prejudicado pela sua menor qualificação diante dos concorrentes. Além disso, apenas 2,5% dos respondentes acreditam que tal desempenho possa ser decisivamente aprimorado por meio de maior qualificação em gestão de negócios. Ou seja, diante de outros fatores pesquisados pelo Sips – como menor incidência de tributos (14,9%), maior facilidade no acesso ao crédito (14,3%) ou maior adequação do local de atividade (5,5%) – a falta de qualificação do trabalhador não parece ser considerada um fator importante pelos entrevistados para explicar o desempenho dos seus pequenos empreendimentos.

Quanto à renda que os trabalhadores por conta própria e empregadores de pequeno porte conseguem auferir com seu trabalho, diagnosticou-se que está diretamente associada ao desempenho da atividade produtiva que empreendem. Adotando também o valor do SM como referência, diagnosticou-se que 16% do total de trabalhadores por conta própria e empregadores de pequeno porte em tempo integral retiravam até um SM mensal em seus empreendimentos. A maior parte dos trabalhadores desse grupo (34,38%) afirmou que realizavam retiradas mensais entre dois e cinco SMs.

Questionou-se ainda a esses trabalhadores quais fatores contribuiriam mais para a melhoria do desempenho de seus negócios. Para a maior parte dos entrevistados desse grupo

(41,2%), a redução do número de concorrentes ou a ampliação do número de clientes seriam decisivas, sugerindo que a relação deles com o mercado é percebida como objeto privilegiado de discussão. Os outros dois fatores mais citados dizem respeito à percepção sobre a necessidade de ações que valorizem as micro e pequenas empresas, garantindo-lhes maior capacidade de competição no mercado: redução de impostos ou taxas (14,9%) e maior facilidade para conseguir crédito (14,3%). Além desses fatores, é interessante citar também que a necessidade de capacitação em gestão de negócios ou assistência técnica, jurídica ou contábil foram fatores pouco mencionados pelos trabalhadores (2,5% e 0,6%, respectivamente).

Por fim, no que tange à contribuição ou não a algum instituto de previdência, a grande maioria dos trabalhadores por conta própria ou empregadores de pequeno porte (54,3%) afirmou não contribuir. Significa dizer que mais da metade de trabalhadores que compõem essa categoria está desassistida por algum programa de previdência, seja ele público ou privado. Os demais, 45,7% do total da amostra, disseram ser contribuintes, sendo que 37,9% contribuem para o sistema de previdência público (INSS ou regimes próprios) e 7,8% afirmaram contribuir com algum programa de previdência privada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa do Sips – *Trabalho e Renda* – proporcionou informações importantes quanto à dinâmica do mundo do trabalho no Brasil atual, sobretudo por refletir diretamente a percepção dos próprios trabalhadores.

Em linhas gerais, pôde-se diagnosticar que, mesmo entre os trabalhadores com contrato formal de trabalho, alguns direitos trabalhistas não vêm sendo executados devidamente, tais como o pagamento de horas extras, adicional salarial para atividades que representam riscos para a saúde dos trabalhadores, garantia de pagamento do SM, férias e 13º salário. Contudo, ficou explícita a relação de extrema fragilidade dos trabalhadores informais quanto aos direitos trabalhistas vigentes no país.

Além disso, uma pequena parcela dos trabalhadores informais, trabalhadores por conta própria e empregadores de pequeno porte praticam algum tipo de contribuição previdenciária, o que os deixa descobertos em relação a direitos como a aposentadoria por tempo de serviço e licença remunerada em caso de maternidade ou acidente que o impossibilite de trabalhar por um período. Esses trabalhadores também relataram que enfrentam problemas quanto ao controle de suas jornadas laborais, o que muitas vezes os impede de conseguir tirar um período de férias ou descanso.

Sobre a temática da qualificação profissional, os resultados apontaram que, entre os trabalhadores assalariados (formais e informais), a qualificação (entendida estritamente como formação escolar regular e formação técnico-profissionalizante) é um fator com peso apenas relativo dentro do processo de sua seleção para um emprego. Outros fatores (como a apresentação de referências pessoais, a experiência pretérita na atividade a ser desenvolvida etc.) têm um peso maior nesse processo. Entre os trabalhadores por conta própria/pequenos empregadores, a qualificação (concebida como capacitação para a gestão de negócios) também foi apontada como um fator com peso reduzido dentro do processo de aprimoramento do desempenho econômico de seus empreendimentos. Outros fatores (como a menor incidência de tributos, o maior acesso a crédito ou a maior adequação do local de atividade) têm peso superior nesse processo.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ESTRATÉGIA DE
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO
BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE**

Sandro Pereira Silva

INTRODUÇÃO

Neste número do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, a seção Economia Solidária e Políticas Públicas traz a Nota Técnica de Sandro Pereira Silva – *Economia Solidária na Estratégia de Erradicação da Pobreza Extrema no Brasil: uma Contribuição para o Debate*. O autor apresenta no texto um conjunto de elementos a serem considerados na discussão da contribuição que a proposta solidária pode dar ao esforço de erradicação da pobreza extrema no Brasil.

O texto sublinha o caráter multidimensional da estratégia a ser definida – transferência de renda, serviços públicos, inclusão produtiva – e problematiza, na perspectiva da economia solidária, este último eixo de ações. Nesse sentido, além do desafio de identificação e localização exaustiva do público do programa, já presente no eixo de transferência de renda, algumas questões adicionais devem merecer atenção, quando se pensa o papel que a economia solidária pode desempenhar.

De fato, algumas das carências que conformam o quadro de pobreza extrema, como a baixa escolaridade, tornam problemáticas as perspectivas de consolidação de empreendimentos econômicos dirigidos por pessoas que se encontram nessa situação. Contudo, essa é uma realidade quase incontornável apenas se for exigido desses empreendimentos o nível de eficiência econômica que os mercados tendem a impor. Isso significa que, nesses casos, a proposta de inclusão produtiva via autogestão de empreendimentos econômicos não deve ter como critério de validade a competência no mercado.

Mas, se não é esse o critério, avançar na busca daquele que é pertinente deve levar à compreensão de que o mesmo se encontra na capacidade de a inclusão produtiva aportar significado social e cidadania às vidas dessas pessoas e que, para alcançar isso, é na proposta de economia solidária que – fora dos valores de mercado – se encontram formulações programáticas e acúmulo metodológico.

De certa forma essa perspectiva já é trabalhada e vivenciada nos programas de apoio aos catadores de material reciclável. A longa marcha desses trabalhadores ao lado dos programas que buscam contribuir para o sucesso dos seus empreendimentos é testemunha, tanto das dificuldades que – na luta para superar a pobreza extrema – devem ser superadas no eixo da inclusão produtiva, como da descoberta dos caminhos que podem levar ao êxito.

A sistematização das experiências dos catadores e sua generalização para outras possibilidades de inserção produtiva é, nesse sentido, uma tarefa urgente para a formulação e colocação em prática das propostas que irão assumir a responsabilidade de enfrentar esse desafio histórico.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ESTRATÉGIA DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE*

Sandro Pereira Silva**

1 INTRODUÇÃO

O termo economia solidária, enquanto “marca política”, começou a ganhar espaço em programas de governo, nas esferas estaduais e municipais, nos anos finais da década de 1990 e no início dos anos 2000. Na esfera do governo federal, a economia solidária passou a ter corpo institucional e orçamento próprio a partir de 2003, já no primeiro ano de mandato do presidente Lula, primeiramente com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e depois com a inclusão do *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento* no Plano Plurianual 2004-2007 (SILVA, 2010).

Este texto tem como objetivo debater a importância da economia solidária, enquanto campo de atuação governamental, no combate à pobreza no país, além de realizar uma reflexão sobre seus principais desafios estruturais e políticos. Em particular, trataremos da estratégia de erradicação da pobreza extrema, anunciada como uma das principais prioridades do governo federal recém-empossado.

2 O GOVERNO FEDERAL E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

O início da gestão da presidenta Dilma Rousseff vem demonstrando que a adoção da “erradicação da pobreza extrema” será um de seus principais focos de atuação governamental. Ao que parece, todos os ministérios estão buscando enquadrar suas ações dentro dessa nova orientação, o que demonstra certo alinhamento na estrutura central de governo.

Em geral, pode-se caracterizar a pobreza como uma situação de fragilidade social e privação material em que o indivíduo se encontra frente às demandas básicas de sobrevivência e cidadania. Essa situação gera no indivíduo uma série de incertezas das mais variadas, as quais obedecem a uma escala de necessidades. Assim, combater a pobreza significa combater as principais incertezas que a caracterizam, nas quais se encontram: a insuficiência de renda, a precariedade de serviços públicos e a falta de oportunidades de trabalho decente.

Ainda não foi divulgado um plano de intervenção do governo federal para a erradicação da pobreza extrema no Brasil. Mas, tomando como base os três eixos que o programa deve

* O autor agradece às contribuições de Fernanda Abreu Nagem, pesquisadora em Economia Solidária, para a revisão final deste texto.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

ter, de acordo com a ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Teresa Campelo, pode-se notar que a estratégia pensada visa combater esses três grandes grupos de incertezas que caracterizam a situação de pobreza de um indivíduo ou uma família. Os eixos apresentados são: *i*) transferência de renda; *ii*) ampliação e qualificação dos serviços públicos; e *iii*) ações de inclusão produtiva (CAMPELO, 2011).

Seguindo os eixos propostos pelo governo federal, o acesso a uma renda mínima é a mais urgente das necessidades, pois com ela garante-se a subsistência imediata do indivíduo que não possui nem o mínimo necessário para tanto, ou seja, encontra-se em estado de indigência. Portanto, é natural que uma estratégia de erradicação da pobreza extrema esteja focada, sobretudo, em programas de distribuição de renda e garantia da segurança alimentar, que visam combater as incertezas mais urgentes. O acesso a serviços públicos vem em seguida, pois garante ao indivíduo e sua família serviços básicos de proteção (saúde, saneamento, habitação, transporte) e inserção sociocultural (educação, lazer, cultura) para melhoria da qualidade de vida das famílias. Já a inclusão produtiva permite ao indivíduo o acesso ao trabalho e, com isso, ele afasta de si e de sua família, de uma maneira autônoma, as incertezas quanto aos recursos necessários para sua sobrevivência.

Neste texto, nos ocuparemos do terceiro eixo, justamente por ser o que mais dialoga com uma estratégia de economia solidária, pois está relacionado à incerteza do trabalho que assola o indivíduo. Essa incerteza somente é superada quando existe um contínuo processo de geração de oportunidades laborativas que contemplem toda a população. Mas então surge um questionamento: quais as condições que possibilitam o acesso ao trabalho a toda a população em idade ativa (PIA)?

Um dos principais fatores para o crescimento das oportunidades de trabalho é o crescimento econômico. Em 2003, ano da criação da Senaes, o Brasil vinha de um período de baixíssimas taxas de crescimento econômico – com uma média de crescimento do produto Interno Bruto (PIB) de 2,2% ao ano (a.a.) ao longo dos oito anos da chamada “era FHC” –, aliado a uma desigualdade social exorbitante. Já ao longo dos oito anos da “era Lula”, o crescimento da economia brasileira manteve-se em um ritmo superior, com uma média em torno de 4% a.a.

Como consequência do crescimento econômico, o mercado de trabalho apresentou uma forte inflexão, com a taxa de desemprego aberto caindo de 13% em 2003 para menos de 7% em 2010, segundo números da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E esse crescimento da ocupação no país resultou também em uma queda relativa da informalidade no mercado de trabalho, dado que a contratação de trabalhadores com registro – seja via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seja Lei nº 8.112 – foi responsável por grande parte dessa elevação da ocupação. A queda da informalidade é um indicador positivo sobre a criação de trabalho decente no país, pois ao trabalhador registrado está assegurada uma série de benefícios trabalhistas e previdenciários, garantidos por lei, frutos de lutas históricas da classe trabalhadora brasileira.

Além disso, a política de valorização do salário mínimo (SM) e a consolidação de um programa nacional de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF), permitiram uma queda, embora ainda tímida, dada a enorme concentração de renda no país da desigualdade da renda.

No entanto, é difícil prever se a queda do desemprego no país perdurará e por quanto tempo, principalmente pelo fato de ainda vivermos um período de fragilidades pós-crise econômica internacional. Isso pode gerar certa preocupação por ainda existir uma parcela muito grande de indivíduos que permanecem afetados pela incerteza frente ao trabalho, seja por estar desempregado (ou inativo) seja por estar sob situações contratuais de trabalho precárias.

A título de exemplo, dos 50 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) – 32,7 milhões no PBF –, apenas 6 milhões conseguiram ter alguma experiência no mercado formal de trabalho entre 2004 e 2008, ou seja, 12% do contingente total. Isto é, mesmo com todo o avanço das oportunidades de emprego assalariado no país, a maioria dos cadastrados permanece excluída do mercado formal de trabalho. Podemos então tirar duas lições desses dados: a primeira é que não será apenas pelo ingresso no mercado de trabalho assalariado que os indivíduos que se encontram em fragilidade social, sobretudo os inscritos no CadÚnico, serão incluídos produtivamente; segundo, somente o crescimento econômico não é capaz de fazer cumprir o direito ao trabalho,¹ e mesmo quando o faz é com base em empregos de baixos salários com pouco tempo de permanência (CAMPOS *et al.*, 2010).

Nesse sentido, falar em inclusão produtiva implica ir além do mercado de trabalho convencional. Se o Estado pretende atuar de alguma maneira para garantir o acesso ao trabalho a toda a população, é necessária uma estratégia diferenciada que articule uma série de mecanismos que estão ao seu alcance. E o estímulo ao trabalho associado, sob a perspectiva da economia solidária, pode ser um mecanismo viável para se chegar a esse objetivo.

Para uma estratégia dessa natureza, há de se pensar anteriormente qual é o perfil desse público em situação de pobreza que se encontra sem trabalho ou submetido a relações de subemprego. De maneira geral, são pessoas com baixa escolaridade, poucas habilidades profissionais consolidadas, que não residem próximo a centros dinâmicos e possuem capacidade praticamente nula de investimento em alguma atividade produtiva própria. Portanto, a inclusão desse público no mundo do trabalho requer uma ação coordenada sob múltiplas dimensões, visando criar as possibilidades necessárias para sua real inclusão produtiva de maneira duradoura e emancipatória.

3 A PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De maneira mais geral, o termo economia solidária caracteriza um conjunto de iniciativas autogestionárias cujos princípios básicos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática do empreendimento; repartição da receita líquida entre os cooperados; destinação do excedente anual por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2002).

Os empreendimentos de economia solidária (EES) constituem a célula básica da economia solidária. Uma de suas características é a preexistência de alguma relação social entre seus trabalhadores, ou pelo menos entre uma boa parte deles, seja por já dividirem outros ambientes de trabalho seja por serem camponeses de uma mesma localidade, ou vizinhos, familiares, ou até mesmo por pertencerem a grupos étnicos afins. No caso brasileiro, os EES se organizam das mais variadas formas, como empresas recuperadas e administradas pelos próprios trabalhadores, cooperativas, associações ou grupos informais de produção,² de caráter suprafamiliar e comunitário, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo” que não necessariamente está relegado à parcela mais pobre da população (GAIGER, 2003).

1. A Constituição brasileira reconhece, no Artigo 6º, o trabalho como direito social. Contudo, todos os incisos do Artigo 7º são dedicados aos direitos do trabalhador assalariado, não prevendo formas outras para o exercício do trabalho produtivo que não sob o contrato de compra e venda de força de trabalho. O seu *caput* deixa aberta, porém, a possibilidade de se ir além da proteção ao trabalho assalariado quando dispõe que “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” (CAMPOS *et al.*, 2010. Grifo no original).

2. Além de grupos produtivos, existem também grupos voltados para os ramos de serviços em geral, consumo e crédito, além de clubes de troca, fundos rotativos e outras experiências que abrangem a economia solidária.

Além dos EES, existem no país diversas organizações que atuam no plano do fomento e fortalecimento das formas de expressão da economia solidária, tais como: Organizações Não Governamentais (ONG's), movimentos sociais, fóruns nacionais e estaduais, entre outros, tanto no meio urbano como no meio rural (SILVA, 2010).

E como o trabalho assalariado formal não vem demonstrando capacidade de abranger todo o contingente em idade ativa que se encontra excluído dele (como visto no tópico anterior), a economia solidária, sob suas múltiplas formas organizativas, pode ser uma das alternativas para desenvolver a estratégia de inclusão produtiva proposta pelo governo federal. No entanto, para considerar essa possibilidade, é necessário analisarmos os desafios estruturais e políticos que uma estratégia dessa natureza enfrentaria para se consolidar.

3.1 Desafios estruturais

Como dito anteriormente, as células básicas da economia solidária são seus empreendimentos, por isso, é importante avaliarmos quais as principais dificuldades que eles encontram para sua viabilidade. Como fonte de informações, usaremos os dados coletados no Mapeamento Nacional de Economia Solidária, realizado pela Senaes/MTE, entre 2005 e 2007. O objetivo do Mapeamento foi formar um sistema nacional de informações para um maior entendimento da realidade da economia solidária no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2.934 municípios (52% dos municípios brasileiros), e foram identificados 21.859 EES. Esses EES envolvem cerca de 1.687.035 trabalhadores. Desse total, 63% são homens e 37% são mulheres.

O mapeamento apontou uma série de dificuldades estruturais que os EES enfrentam. Entre os problemas econômicos, a dificuldade de comercialização dos produtos foi tida como o principal, apontado por 61% dos EES. A grande maioria dos EES tem seus produtos restritos ao mercado local, sendo que apenas 7% deles afirmaram que conseguem comercializar em outros estados, e 2% conseguem exportar seus produtos ao mercado internacional. Além da comercialização, as outras principais dificuldades enfrentadas pelos EES são: acesso ao crédito (apontado por cerca de 50%) e acesso à assistência técnica (cerca de 30%).

Em termos de faturamento, apenas 38% deles afirmaram ter auferido sobras monetárias em suas atividades, descontadas todas as despesas. O faturamento médio mensal apurado entre os sócios dos EES é baixo: cerca de 75% conseguem uma remuneração de até 1 SM, enquanto somente 10% declararam auferir remuneração mensal superior a 2 SMs.

Outra questão importante refere-se à informalidade entre os EES. Apenas 10% dos mapeados conseguiram se formalizar como cooperativas, enquanto outros 52% são associações e 36% funcionam como grupos informais. Mesmo assim, uma parte dos grupos que declararam ser “associações” provavelmente não são formalizados como tal, já que 22% deles não declararam o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do empreendimento. Esse é um fato que demonstra a existência de dificuldades por parte dos grupos populares em se constituírem enquanto cooperativas, o que aponta para a necessidade de uma revisão na legislação cooperativista brasileira, para que a formação de cooperativas seja uma estratégia cada vez mais próxima para um grupo maior de trabalhadores, seja no meio urbano ou rural. Mesmo porque, após a promulgação do Novo Código Civil brasileiro, a figura jurídica da associação sofreu muitas limitações em termos de atuar em atividades econômicas, o que torna a cooperativa a personalidade jurídica formalmente mais adequada para essa natureza de coletividade.

3.2 Desafios políticos

O Brasil encontra-se atualmente em uma situação econômica bem diversa daquela de 2003, ano de constituição da Senaes, inaugurando assim a entrada da economia solidária no rol das políticas sociais no país. Os indicadores já citados apontam isso: aumento do nível médio de crescimento anual do PIB; queda do desemprego, com destaque para a criação de postos de trabalho formais; consolidação de programas sociais de transferência de renda e valorização do SM, que tiveram um forte impacto na redução da pobreza; entre outros pontos. Dado esse novo cenário brasileiro, é natural que haja um reordenamento da política de apoio à economia solidária no Brasil. Para isso, é preciso problematizar algumas questões.

O trabalho associativo requer uma série de capacidades que não necessariamente estão inseridas na dinâmica capitalista de produção. Portanto, o estímulo a esse tipo de organização do trabalho deveria passar pela criação de uma “cultura cooperativa” para o trabalho, e isso não é uma tarefa simples. Exige leis, instituições, apelo popular e políticas públicas coordenadas.

Um exemplo é a Legislação Cooperativista em vigor no Brasil (Lei nº 5.764/1971). Ela foi constituída em um período de autoritarismo político e organizada basicamente para utilizar o cooperativismo como instrumento de modernização da agricultura. Entre os vários artigos dessa lei, um dos mais contestados é a exigência de no mínimo 20 associados para a constituição de uma cooperativa. Esse é um fator limitante para a formalização de grupos populares em cooperativas, já que, de acordo com o Mapeamento da Senaes, 39% dos EES mapeados possuem menos de 20 participantes.

Existem atualmente no Congresso Nacional dois projetos de lei para alteração da legislação cooperativista, mas que não são votados por motivos vários, tais como interesses corporativos – sobretudo da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), órgão único de representação do cooperativismo no Brasil segundo a Lei nº 5.764/1971 – e fiscais – referentes aos estímulos fiscais aos diferentes ramos de cooperativas. As organizações públicas e privadas que atuam na temática da economia solidária não conseguiram reunir forças políticas suficientes até o momento para garantir uma nova legislação que favorecesse os empreendimentos econômicos que já se organizam de maneira associativa.

Por outro lado, para a consolidação de uma cultura cooperativa do trabalho, é necessário que a própria temática do cooperativismo e, por conseguinte, da economia solidária, não seja vista como uma mera “concessão aos pobres e marginalizados” ou “contenção social do desemprego em massa”, ou mesmo como um instrumento “funcional à nova fase do capitalismo” (NOVAES, 2008). O cooperativismo deve ser incentivado como possibilidade viável de organização econômica, independentemente da situação econômica dos trabalhadores envolvidos.

Analisando as ações da Senaes, pode-se ver que muitas delas vão ao encontro dessa ideia. Entre elas podemos citar: o incentivo e o fortalecimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, sobretudo nas universidades; o apoio à formação de uma rede de gestores para o fomento de políticas estaduais e municipais de economia solidária; o apoio a bancos comunitários e empresas recuperadas por trabalhadores; a construção e o apoio a centros de comercialização de produtos e formação de trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, entre outras.

No entanto, muitas dessas ações esbarram na própria fragilidade das políticas sociais como um todo, e da política de economia solidária em particular. Além das dificuldades

de execução, dadas as questões burocráticas e a pouca estrutura física e de pessoal que os órgãos detêm, essas políticas são geralmente o primeiro alvo para cortes ou contingenciamento orçamentário no interior de cada ministério. Nessa hora, vale muito o peso político de cada tema para garantir o maior volume de recursos e a maior estrutura possível para sua operacionalização. Como resultado de todos esses fatores, em 2010 a Senaes conseguiu executar apenas 25,3% de seu orçamento destinado originalmente pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa informação demonstra uma importância marginal das ações de economia solidária no conjunto das políticas de trabalho e emprego do MTE.

Por fim, o Projeto de Lei nº 865/2011, enviado ao Congresso Nacional pelo governo federal, que trata da criação da Secretaria Especial das Micro e Pequenas Empresas, prevê a condução das ações governamentais de economia solidária (inclusive com a transferência da estrutura da Senaes e do Conselho Nacional de Economia Solidária) para essa nova secretaria, que pelo projeto terá *status* de ministério. Essa ação contrariou uma grande parte das organizações sociais que defendem a economia solidária na estrutura de governo, dada a falta de diálogo e de consulta do governo com a sociedade e também por alegarem que as iniciativas econômicas solidárias possuem um caráter diverso com relação a uma micro ou pequena empresa comum.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou problematizar a inserção da temática referente à economia solidária no grande marco inicial do governo federal que é a busca pela erradicação da pobreza extrema. No nosso entendimento, a economia solidária se encaixa no terceiro eixo estabelecido para esse programa, que versa sobre a inclusão produtiva. No entanto, a consolidação da economia solidária nessa estratégia requer o enfrentamento de alguns desafios importantes, debatidos rapidamente neste texto.

Entre os desafios citados, pode-se dizer que os principais são: criar um ambiente institucional propício para a formalização desses empreendimentos em cooperativas; estabelecer canais de financiamento adequados para sua realidade – a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na agricultura familiar –; propiciar uma assistência técnica que dê suporte aos empreendimentos nos mais diversos setores e nos vários estágios organizativos em que se encontram; ter acesso a mercados institucionais, via compras públicas, que possam garantir a viabilidade inicial e o desenvolvimento desses empreendimentos; gerar abertura para a atuação de empreendimentos solidários nos grandes projetos de investimento do governo, suprindo a necessidade de serviços e produtos que são demandados nos locais de intervenção; ter uma atuação conjunta entre Senaes e órgãos de outros ministérios de forma a valorizar a “marca política” da economia solidária internamente no governo federal.

Tais desafios listados acima podem ser divididos em ações de curto e longo prazo, que vão desde o apoio direto aos empreendimentos até a construção e a valorização de uma cultura cooperativista para o trabalho no Brasil, de maneira que o trabalho associado seja incentivado e valorizado cada vez mais como uma dimensão importante do mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- CAMPELO, T. País rico é país sem pobreza. **Folha de São Paulo**, 14 mar. 2011.
- CAMPOS, A. G. *et al.* **O Direito ao trabalho e a inclusão produtiva**. 2010. Mimeo.
- GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.
- NOVAES, H. Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de economia solidária no governo Lula. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 6., 2008. **Anais...** São Paulo, 2008.
- SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo. **Revista Otra Economía**, Buenos Aires, v. IV, n. 7, 2010.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico, que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração	A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

VI. RENDIMENTOS

- | | |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 5. Salário mínimo real | A29 |

VII. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1

PEA por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009	1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706
2010	1.631	1.926	2.623	5.543	9.955	1.933	23.611	1.590	25.201
Jan.-mar./2010	1.572	1.898	2.579	5.570	9.893	1.894	23.406	1.592	24.998
2010	Março	1.592	1.908	2.616	5.576	9.937	1.906	1.605	25.141
	Abril	1.635	1.936	2.599	5.489	9.978	1.894	1.582	25.112
	Mai	1.652	1.951	2.635	5.541	9.959	1.904	1.585	25.227
	Junho	1.630	1.936	2.614	5.511	9.924	1.911	1.586	25.112
	Julho	1.617	1.946	2.629	5.520	10.011	1.940	1.594	25.257
	Agosto	1.625	1.939	2.655	5.586	9.981	1.949	1.600	25.336
	Setembro	1.693	1.923	2.649	5.539	9.997	1.961	1.586	25.348
	Outubro	1.676	1.927	2.666	5.501	10.036	1.983	1.596	25.386
	Novembro	1.677	1.925	2.657	5.544	9.968	1.988	1.588	25.346
	Dezembro	1.648	1.939	2.639	5.572	9.923	1.981	1.589	25.291
2011	Janeiro	1.587	1.934	2.604	5.573	9.840	1.965	1.591	25.094
	Fevereiro	1.601	1.910	2.660	5.620	9.952	1.950	1.589	25.281
	Março	1.622	1.892	2.650	5.610	10.066	1.978	1.606	25.423
Jan.-mar./2011		1.603	1.912	2.638	5.601	9.952	1.964	1.595	25.266

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA I.2

PEA por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino	
2003	11.737	9.392	
2004	11.857	9.668	
2005	11.928	9.765	
2006	12.139	10.000	
2007	12.281	10.254	
2008	12.446	10.488	
2009	12.502	10.647	
2010	12.697	10.913	
Jan.-mar./2010	12.604	10.803	
2010	Março	12.666	10.870
	Abril	12.705	10.825
	Mai	12.690	10.951
	Junho	12.627	10.899
	Julho	12.695	10.968
	Agosto	12.755	10.980
	Setembro	12.721	11.041
	Outubro	12.781	11.009
	Novembro	12.822	10.935
	Dezembro	12.762	10.940
2011	Janeiro	12.649	10.854
	Fevereiro	12.846	10.846
	Março	12.800	11.018
Jan.-mar./2011	12.765	10.906	

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
(Em mil pessoas)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
2009	5.702	4.128	13.292
2010	5.461	4.180	13.948
Jan.-mar./2010	5.573	4.150	13.664
2010			
Março	5.603	4.112	13.804
Abril	5.518	4.112	13.873
Mai	5.514	4.074	14.027
Junho	5.487	4.089	13.919
Julho	5.442	4.253	13.944
Agosto	5.453	4.289	13.970
Setembro	5.368	4.269	14.105
Outubro	5.351	4.294	14.124
Novembro	5.358	4.183	14.196
Dezembro	5.319	4.141	14.224
2011			
Janeiro	5.196	4.057	14.234
Fevereiro	5.185	4.153	14.332
Março	5.216	4.161	14.419
Jan.-mar./2011	5.199	4.123	14.329

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
2009	95	569	3.996	12.506	4.573
2010	48	426	3.721	14.561	4.788
Jan.-mar./2010	47	399	3.714	14.461	4.785
2010					
Março	53	414	3.754	14.529	4.786
Abril	51	438	3.707	14.585	4.750
Mai	57	439	3.753	14.532	4.860
Junho	48	445	3.695	14.463	4.875
Julho	60	433	3.692	14.580	4.899
Agosto	56	463	3.718	14.657	4.842
Setembro	39	420	3.740	14.699	4.864
Outubro	40	448	3.780	14.625	4.637
Novembro	41	419	3.721	14.620	4.956
Dezembro	42	405	3.702	14.595	4.422
2011					
Janeiro	42	426	3.594	14.509	4.802
Fevereiro	41	459	3.652	14.606	4.933
Março	49	448	3.670	14.653	4.497
Jan.-mar./2011	44	445	3.639	14.589	4.744

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total	
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3	
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3	
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8	
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0	
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0	
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3	
2009	47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9	
2010	50,2	57,7	59,8	53,9	59,6	56,8	57,1	59,7	57,2	
Jan.-mar./2010	48,8	57,2	59,3	54,4	59,2	56,0	56,8	60,1	57,0	
2010	Março	49,3	57,4	60,0	54,5	59,3	56,2	57,0	60,3	57,2
	Abril	50,4	58,1	59,5	53,8	59,7	55,6	57,0	59,5	57,2
	Mai	50,8	58,6	60,1	54,4	59,8	55,7	57,3	59,4	57,4
	Junho	50,0	57,9	59,5	53,8	59,5	56,0	56,9	59,3	57,1
	Julho	49,7	58,1	59,7	53,7	59,9	56,9	57,1	59,6	57,3
	Agosto	49,9	57,8	60,3	54,2	59,8	57,3	57,3	59,9	57,5
	Setembro	51,9	57,5	60,2	53,6	59,8	57,7	57,3	59,6	57,5
	Outubro	51,5	57,6	60,6	53,3	60,0	58,1	57,4	59,8	57,6
	Novembro	51,6	57,4	60,2	53,6	59,6	58,1	57,2	59,4	57,4
	Dezembro	50,7	57,8	59,7	53,7	59,2	57,7	57,0	59,0	57,1
2011	Janeiro	48,7	57,4	58,7	53,9	58,5	57,3	56,4	58,9	56,6
	Fevereiro	49,0	56,5	59,9	54,2	59,1	56,9	56,8	59,0	57,0
	Março	49,9	56,1	59,6	54,1	59,5	57,7	57,0	59,7	57,2
Jan.-mar./2011		49,2	56,7	59,4	54,1	59,0	57,3	56,7	59,2	56,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino	
2003	67,7	47,8	
2004	67,3	48,3	
2005	66,7	47,7	
2006	66,8	48,1	
2007	66,5	48,5	
2008	66,6	48,7	
2009	66,0	48,6	
2010	66,5	49,0	
Jan.-mar./2010	66,2	48,7	
2010	Março	66,5	48,9
	Abril	66,6	48,8
	Mai	66,6	49,3
	Junho	66,2	49,0
	Julho	66,4	49,2
	Agosto	66,6	49,3
	Setembro	66,6	49,4
	Outubro	66,7	49,4
	Novembro	66,7	49,1
	Dezembro	66,4	48,9
2011	Janeiro	65,7	48,4
	Fevereiro	66,8	48,3
	Março	66,5	48,9
Jan.-mar./2011		66,3	48,5

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,2	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008	37,2	56,7	76,2
2009	36,1	55,6	75,7
2010	35,5	55,4	75,8
Jan.-mar./2010	36,1	54,5	75,3
2010			
Março	36,3	54,3	75,6
Abril	35,9	54,4	75,8
Mai	35,9	54,8	76,2
Junho	35,7	54,4	75,7
Julho	35,4	55,7	75,9
Agosto	35,3	56,2	76,3
Setembro	34,9	56,5	76,3
Outubro	34,9	56,8	76,3
Novembro	34,8	56,6	75,9
Dezembro	34,6	56,2	75,5
2011			
Janeiro	34,4	54,0	74,9
Fevereiro	34,6	54,5	75,1
Março	35,0	54,5	75,2
Jan.-mar./2011	34,7	54,3	75,1

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009	1,4	19,0	69,9	80,1	39,5
2010	1,3	18,9	70,1	80,9	40,0
Jan.-mar./2010	1,3	17,8	69,9	80,4	39,8
2010					
Março	1,5	18,3	70,7	80,5	39,8
Abril	1,4	19,3	69,9	80,9	39,4
Mai	1,6	19,4	70,3	81,2	40,1
Junho	1,3	19,2	69,5	80,9	40,1
Julho	1,6	19,0	69,8	81,2	40,0
Agosto	1,5	20,2	70,5	81,1	40,0
Setembro	1,0	18,2	70,6	81,1	40,5
Outubro	1,1	20,1	70,9	81,1	40,4
Novembro	1,1	19,2	70,3	80,8	40,6
Dezembro	1,1	18,5	69,7	81,1	40,0
2011					
Janeiro	1,2	19,4	69,3	80,4	39,3
Fevereiro	1,1	20,4	69,3	80,6	39,5
Março	1,4	19,8	69,4	81,0	39,8
Jan.-mar./2011	1,2	19,9	69,3	80,7	39,5

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ¹	Total		
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
2009	861	2.033	370	2.403
2010	778	1.935	381	2.315
Jan.-mar./2010	805	1.975	333	2.309
2010				
Março	777	1.962	343	2.305
Abril	787	1.954	347	2.301
Mai	764	1.919	341	2.260
Junho	755	1.898	376	2.274
Julho	802	2.087	380	2.466
Agosto	746	2.021	441	2.463
Setembro	778	1.900	386	2.286
Outubro	785	1.926	444	2.370
Novembro	738	1.797	394	2.191
Dezembro	766	1.789	459	2.249
2011				
Janeiro	814	1.938	449	2.386
Fevereiro	771	1.849	446	2.295
Março	737	1.788	415	2.203
Jan.-mar./2011	774	1.858	436	2.295

Fonte: PME/IBGE.

Nota: ¹ Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009	1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781	21.276	1.474	22.750
2010	1.490	1.715	2.480	5.233	9.257	1.845	22.019	1.519	23.538
Jan.-mar./2010	1.439	1.681	2.417	5.248	9.092	1.797	21.674	1.505	23.179
2010	Março	1.464	1.692	2.451	5.221	9.127	21.748	1.517	23.265
	Abril	1.486	1.719	2.449	5.164	9.211	21.820	1.502	23.322
	Mai	1.491	1.716	2.483	5.194	9.186	21.878	1.503	23.381
	Junho	1.489	1.705	2.480	5.194	9.190	21.878	1.509	23.387
	Julho	1.456	1.707	2.494	5.223	9.294	22.020	1.526	23.546
	Agosto	1.478	1.712	2.516	5.268	9.301	22.135	1.529	23.664
	Setembro	1.544	1.724	2.521	5.247	9.366	22.282	1.530	23.812
	Outubro	1.543	1.736	2.524	5.188	9.444	22.345	1.541	23.886
	Novembro	1.537	1.744	2.517	5.271	9.415	22.398	1.534	23.932
	Dezembro	1.534	1.775	2.526	5.299	9.395	22.450	1.544	23.994
2011	Janeiro	1.474	1.727	2.464	5.286	9.246	22.080	1.535	23.615
	Fevereiro	1.476	1.714	2.492	5.345	9.293	22.184	1.525	23.709
	Março	1.498	1.693	2.509	5.333	9.367	22.279	1.546	23.825
Jan.-mar./2011	1.483	1.711	2.488	5.321	9.302	1.875	22.181	1.535	23.716

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino	
2003	10.554	7.966	
2004	10.777	8.275	
2005	10.999	8.555	
2006	11.149	8.777	
2007	11.370	9.065	
2008	11.687	9.435	
2009	11.687	9.590	
2010	12.035	9.984	
Jan.-mar./2010	11.861	9.813	
2010	Março	11.925	9.823
	Abril	11.971	9.849
	Mai	11.979	9.898
	Junho	11.959	9.919
	Julho	12.011	10.009
	Agosto	12.096	10.039
	Setembro	12.115	10.167
	Outubro	12.191	10.155
	Novembro	12.274	10.124
	Dezembro	12.241	10.209
2011	Janeiro	12.043	10.037
	Fevereiro	12.190	9.994
	Março	12.161	10.118
Jan.-mar./2011	12.131	10.050	

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
2009	367	881	4.074	3.694	12.235
2010	360	830	3.967	3.800	13.040
Jan.-mar./2010	363	852	4.046	3.750	12.645
2010					
Março	359	866	4.066	3.699	12.740
Abril	342	862	3.984	3.718	12.887
Maio	349	884	3.943	3.654	13.022
Junho	359	850	3.957	3.708	12.973
Julho	350	828	3.932	3.858	13.027
Agosto	377	835	3.920	3.894	13.086
Setembro	363	815	3.905	3.903	13.276
Outubro	387	765	3.917	3.937	13.319
Novembro	353	796	3.941	3.850	13.437
Dezembro	352	765	3.967	3.833	13.515
2011					
Janeiro	324	746	3.882	3.730	13.381
Fevereiro	357	767	3.794	3.817	13.427
Março	360	790	3.784	3.809	13.515
Jan.-mar./2011	347	768	3.820	3.785	13.441

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
2009	44	304	3.149	13.344	4.436
2010	39	316	3.165	13.762	4.737
Jan.-mar./2010	38	281	3.102	13.595	4.658
2010					
Março	39	285	3.123	13.643	4.658
Abril	38	320	3.115	13.728	4.619
Maio	45	316	3.148	13.642	4.726
Junho	36	330	3.130	13.622	4.761
Julho	48	330	3.096	13.766	4.780
Agosto	50	341	3.160	13.863	4.722
Setembro	33	324	3.214	13.956	4.755
Outubro	32	346	3.278	13.892	4.797
Novembro	37	323	3.256	13.931	4.851
Dezembro	36	319	3.277	13.955	4.862
2011					
Janeiro	34	323	3.085	13.807	4.831
Fevereiro	32	347	3.144	13.841	4.820
Março	41	334	3.142	13.893	4.868
Jan.-mar./2011	36	335	3.124	13.847	4.840

Fonte: PME/IBGE.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não remunerados	Total	
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não remunerados					
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520	
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052	
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554	
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926	
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435	
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122	
2009	10.504	4.034	1.630	7	4.001	969	132	21.276	
2010	11.221	3.966	1.665	6	4.054	993	115	22.019	
Jan.-mar./2010	10.973	3.938	1.605	5	4.062	969	121	21.674	
2010	Março	11.069	3.920	1.589	5	4.054	988	122	21.748
	Abril	11.143	3.949	1.624	5	3.997	988	115	21.820
	Mai	11.174	3.975	1.588	5	4.032	988	117	21.878
	Junho	11.150	3.993	1.626	9	3.953	1.035	111	21.878
	Julho	11.182	3.998	1.673	8	4.059	986	113	22.019
	Agosto	11.246	4.016	1.684	6	4.072	994	117	22.135
	Setembro	11.380	4.013	1.731	3	4.034	1.012	110	22.282
	Outubro	11.369	4.013	1.757	9	4.088	1.007	104	22.345
	Novembro	11.494	3.882	1.756	3	4.158	997	107	22.398
	Dezembro	11.594	3.934	1.721	6	4.066	1.004	125	22.450
2011	Janeiro	11.493	3.818	1.715	9	4.016	934	95	22.080
	Fevereiro	11.685	3.722	1.660	5	4.061	950	100	22.184
	Março	11.814	3.774	1.665	4	3.997	922	104	22.280
Jan.-mar./2011	11.664	3.772	1.680	6	4.025	935	100	22.181	

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos		
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira	
2002 ^a	7.217	2.624	379	271	1.346	497	880	
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908	
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979	
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034	
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073	
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086	
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031	
2009	9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043	
2010	10.191	2.659	428	297	1.665	603	1.010	
Jan.-mar./2010	9.933	2.640	422	255	1.605	618	1.043	
2010	Março	10.000	2.645	447	256	1.589	622	1.019
	Abril	10.117	2.644	417	283	1.624	608	1.023
	Mai	10.128	2.660	444	304	1.588	602	1.012
	Junho	10.150	2.675	416	317	1.626	584	1.003
	Julho	10.190	2.705	399	306	1.673	594	986
	Agosto	10.235	2.694	419	358	1.684	593	963
	Setembro	10.337	2.718	430	314	1.731	612	981
	Outubro	10.340	2.680	439	316	1.757	590	1.017
	Novembro	10.449	2.579	456	315	1.756	588	989
	Dezembro	10.544	2.628	444	285	1.721	605	1.021
2011	Janeiro	10.474	2.602	437	249	1.715	583	967
	Fevereiro	10.665	2.515	420	275	1.660	601	932
	Março	10.739	2.551	438	264	1.665	637	959
Jan.-mar./2011	10.626	2.556	431	263	1.680	607	953	

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ¹	Construção	Comércio ²	Intermediação financeira ³	Adm. pública ⁴	Serviços domésticos	Outros serviços ⁵	Outras atividades ⁶
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009	3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113
2010	3.651	1.658	4.137	3.393	3.565	1.613	3.882	120
Jan.-mar./2010	3.551	1.668	4.129	3.364	3.385	1.661	3.799	117
2010								
Março	3.550	1.706	4.077	3.432	3.404	1.641	3.817	121
Abril	3.591	1.695	4.078	3.390	3.506	1.631	3.815	115
Mai	3.618	1.708	4.032	3.403	3.575	1.614	3.809	120
Junho	3.657	1.665	4.085	3.358	3.556	1.586	3.840	132
Julho	3.717	1.649	4.115	3.356	3.623	1.581	3.860	120
Agosto	3.708	1.643	4.076	3.414	3.694	1.556	3.923	122
Setembro	3.686	1.639	4.085	3.475	3.695	1.593	3.979	129
Outubro	3.718	1.628	4.186	3.429	3.683	1.607	3.965	129
Novembro	3.709	1.633	4.264	3.404	3.700	1.577	4.001	111
Dezembro	3.753	1.629	4.340	3.394	3.596	1.626	3.996	116
2011								
Janeiro	3.612	1.616	4.215	3.439	3.512	1.550	4.027	109
Fevereiro	3.674	1.682	4.185	3.517	3.460	1.533	4.004	128
Março	3.657	1.706	4.158	3.574	3.498	1.596	3.964	127
Jan.-mar./2011	3.648	1.668	4.186	3.510	3.490	1.560	3.998	121

Fonte: PME/IBGE.

Notas: ¹ Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.² Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis.³ Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.⁴ Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.⁵ Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.⁶ Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2003 ¹	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009 ¹	2010 ¹	Jan.-mar./ 2010	Mar./ 2010	Abr./ 2010	Mai./ 2010	Jun./ 2010	Jul./ 2010	Ago./ 2010	Set./ 2010	Out./ 2010	Nov./ 2010	Dez./ 2010	Jan./ 2011	Fev./ 2011	Mar./ 2011	Jan.-mar./ 2011
RO	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	125.909	158.614	36.394	14.074	13.343	14.537	13.242	14.725	14.847	14.049	14.049	14.036	9.392	11.319	15.362	14.569	41.250
AC	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	23.790	28.085	6.005	2.200	2.219	2.598	2.822	2.724	2.898	2.531	2.271	2.180	1.837	2.128	2.624	2.272	7.024
AM	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	163.680	199.837	46.269	17.930	15.863	17.958	17.064	17.415	20.075	18.162	18.574	16.536	11.921	19.016	18.734	19.261	57.011
RR	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	13.592	17.526	4.416	1.593	1.440	1.376	1.382	1.376	1.587	1.614	1.684	1.491	1.160	1.617	1.514	1.732	4.863
PA	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	254.970	294.940	65.886	22.582	22.490	24.257	26.289	26.733	30.006	27.385	25.484	26.131	20.279	24.783	25.944	25.422	76.149
AP	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	20.429	22.982	5.327	1.572	2.032	1.841	1.999	1.964	2.249	2.153	1.942	1.974	1.501	1.941	1.815	2.599	6.355
TO	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	57.791	69.470	16.427	5.986	5.237	6.497	6.672	6.578	7.048	5.872	5.595	5.458	4.086	5.528	6.099	5.437	17.064
MA	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	137.645	180.084	39.049	15.732	16.055	14.112	16.948	16.816	16.798	16.040	15.862	16.442	11.962	14.754	14.269	13.595	42.618
PI	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	79.490	103.526	24.720	10.553	9.071	8.566	9.734	8.847	9.374	9.026	8.935	8.931	6.322	8.299	8.327	7.566	24.192
CE	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	379.204	448.201	104.045	38.232	36.867	37.619	37.930	39.425	43.236	41.893	38.577	38.672	29.987	36.884	40.033	37.564	114.481
RN	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	151.630	182.440	40.541	15.656	14.713	15.515	15.549	16.162	19.829	17.945	15.329	14.990	11.867	13.942	14.512	13.848	42.302
PB	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	109.139	132.012	28.488	10.154	10.399	10.726	10.166	11.383	16.667	14.303	10.980	10.763	8.137	10.258	10.740	10.602	31.600
PE	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	439.804	554.743	106.905	39.321	37.978	46.442	45.948	43.682	56.899	74.147	54.721	48.298	39.723	43.718	44.580	43.011	131.309
AL	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	121.070	131.217	19.756	7.641	7.542	8.609	6.883	8.158	9.130	35.452	14.756	12.441	8.490	10.316	8.804	8.860	27.980
SE	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	89.875	108.888	24.788	8.953	7.965	8.215	9.373	9.656	9.727	9.742	12.387	9.864	7.171	9.289	9.188	8.897	27.374
BA	349.888	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	634.547	751.940	175.626	64.478	62.342	68.881	60.628	65.063	68.955	68.647	67.241	65.676	48.881	65.664	59.953	62.828	188.445
MG	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.990.200	2.330.033	550.052	218.484	206.237	226.009	210.746	201.612	219.328	201.719	188.249	182.732	143.349	182.159	211.390	202.241	595.790
ES	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	370.548	419.220	101.895	37.428	40.199	44.148	37.353	34.766	36.368	32.343	32.386	32.263	27.499	35.222	37.578	34.217	107.017
RJ	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	1.353.607	1.584.744	381.844	145.936	122.926	136.019	130.052	134.058	144.805	138.526	135.248	141.339	119.927	134.721	146.801	137.224	418.746
SP	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	5.051.210	6.038.693	1.546.552	600.453	544.116	540.865	515.692	500.190	536.695	503.354	495.932	476.711	378.586	514.585	579.673	569.091	1.663.349
PR	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	1.195.644	1.403.547	361.647	140.203	122.752	120.075	117.185	121.957	124.866	118.716	117.667	115.112	83.570	125.057	137.977	142.573	405.607
SC	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	928.396	1.098.276	303.725	108.480	94.408	89.143	85.889	87.694	93.675	92.908	94.985	90.852	64.997	106.203	115.168	108.436	329.807
RS	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	1.112.226	1.382.470	370.359	146.469	119.618	112.512	110.862	110.959	119.177	109.010	116.764	119.595	93.634	125.695	134.016	148.474	408.185
MS	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	229.386	251.036	64.909	24.845	23.816	21.832	21.628	20.904	21.594	21.112	20.301	20.566	14.374	23.345	24.922	25.122	73.389
MT	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	324.160	328.714	65.136	31.108	31.756	29.943	31.769	30.735	30.577	29.911	30.866	27.830	20.191	33.685	37.865	31.551	103.101
GO	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	543.775	636.234	158.374	60.085	60.842	56.708	53.889	54.613	55.197	53.029	53.077	50.916	39.589	60.085	60.511	59.385	179.981
DF	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	285.923	319.100	79.415	29.897	27.849	28.329	25.388	26.144	29.052	28.996	26.723	25.073	22.131	30.159	28.818	29.545	88.522
Total	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	16.659.331	16.187.640	19.204.847	4.756.828	1.820.045	1.660.075	1.693.332	1.623.079	1.614.319	1.740.659	1.688.585	1.620.535	1.576.872	1.230.563	1.650.372	1.797.217	1.765.922	5.213.511

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2003 ¹	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009 ¹	2010 ¹	Jan.-mar./ 2010	Mar./ 2010	Abr./ 2010	Mai./ 2010	Jun./ 2010	Jul./ 2010	Ago./ 2010	Set./ 2010	Out./ 2010	Nov./ 2010	Dez./ 2010	Jan./ 2011	Fev./ 2011	Mar./ 2011	Jan.-mar./ 2011	
	RO	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	101.034	136.669	28.119	10.681	9.938	11.602	11.123	12.600	12.524	11.557	13.752	12.984	12.470	10.939	11.442	12.582	34.963
AC	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	21.821	26.733	5.849	2.195	1.828	1.965	2.235	2.345	2.032	2.326	2.718	2.603	2.832	2.463	2.195	3.113	7.771	
AM	7.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	165.088	167.981	28.506	14.869	14.435	15.003	14.623	14.971	15.836	15.188	15.185	15.126	19.108	19.108	15.898	14.016	15.407	45.321
RR	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	12.403	15.023	3.421	1.404	1.267	1.493	1.204	1.496	1.160	1.014	1.436	1.214	1.318	1.408	1.387	1.855	4.650	
PA	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	247.590	259.546	59.253	21.832	19.496	20.086	22.896	20.640	23.615	22.780	22.169	22.704	25.907	23.928	23.928	21.736	26.879	72.543
AP	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	20.238	20.831	4.575	1.776	1.436	2.001	1.895	1.987	1.756	1.823	1.541	1.959	1.858	2.147	1.743	2.678	6.568	
TO	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	54.746	63.579	13.623	4.986	4.410	4.955	5.434	5.466	5.291	5.778	5.780	6.177	6.665	5.569	5.046	5.947	16.562	
MA	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	142.429	152.147	32.181	11.940	10.941	12.356	12.246	12.343	14.384	12.842	11.930	14.555	18.369	15.814	13.109	17.411	46.334	
PI	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	66.763	84.732	19.245	7.130	6.291	6.456	6.863	7.292	7.056	8.943	5.889	8.453	8.244	8.145	8.145	9.680	25.970	
CE	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	314.768	375.414	94.149	31.782	29.296	31.294	31.612	31.479	30.915	31.900	32.604	31.822	30.343	37.840	37.840	34.240	38.147	110.227
RN	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	146.830	157.516	39.944	14.456	13.242	12.065	12.879	13.084	13.043	11.866	12.964	12.787	15.642	16.185	14.639	14.896	45.720	
PB	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	95.848	100.561	23.648	14.171	10.605	7.620	7.579	8.954	8.203	8.282	7.601	8.377	9.692	11.370	14.321	13.728	39.419	
PE	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	393.087	456.238	118.900	52.537	39.280	35.751	33.410	33.736	35.100	34.502	38.940	42.297	44.322	49.675	42.511	50.216	142.402	
AL	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	113.249	125.140	49.667	25.444	14.210	7.413	6.950	7.275	7.655	7.196	7.727	8.307	8.740	8.921	9.292	24.646	42.859	
SE	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	78.677	89.625	23.142	10.487	6.377	7.323	7.332	7.428	6.949	7.407	7.610	7.312	8.745	7.559	7.894	9.626	25.079	
BA	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	563.377	660.538	144.888	54.252	51.752	52.580	56.923	56.926	57.748	58.360	60.182	54.995	66.184	58.226	58.226	60.070	175.122	
MG	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	1.899.592	2.070.594	462.253	178.680	161.207	165.136	171.876	188.258	190.075	193.271	173.733	170.639	194.146	168.313	175.337	190.665	534.315	
ES	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	351.573	385.630	90.152	33.374	30.941	36.394	39.002	33.798	31.948	29.783	29.256	29.206	35.150	33.446	33.832	34.421	101.699	
RJ	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	1.264.732	1.394.064	347.163	123.964	107.603	113.769	113.715	119.972	119.884	116.877	115.677	109.374	130.030	133.594	126.880	134.389	394.863	
SP	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	4.773.637	5.385.451	1.289.542	475.264	424.272	442.241	445.427	437.693	446.062	449.782	440.555	471.712	538.165	460.239	473.870	508.090	1.442.199	
PR	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	1.126.560	1.261.064	310.829	117.006	102.159	100.944	106.739	109.234	103.469	104.678	102.713	104.859	115.440	110.103	118.176	128.646	356.925	
SC	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	877.382	997.295	261.307	101.463	82.067	83.705	79.790	82.500	79.693	80.204	79.640	78.091	90.298	89.314	96.254	106.101	291.669	
RS	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	1.048.000	1.219.206	303.510	118.215	99.189	103.001	102.997	101.270	103.502	97.871	98.172	97.866	111.828	108.463	113.636	129.002	351.101	
MS	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	216.486	231.298	55.076	20.641	18.913	19.161	18.451	19.580	19.646	19.668	18.479	19.581	22.743	19.777	19.531	22.614	61.922	
MT	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	318.748	339.640	78.100	31.771	28.335	29.279	26.482	27.819	28.300	29.468	30.390	30.862	30.605	25.848	27.307	33.820	86.975	
GO	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	509.371	577.169	123.717	46.331	43.671	46.454	45.813	48.155	48.392	53.538	55.228	52.403	59.798	47.060	47.286	50.986	145.332	
DF	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	268.501	294.083	68.677	26.979	21.846	25.244	24.631	26.222	27.006	24.806	23.860	22.360	29.431	26.037	25.767	27.632	79.436	
Total	9.163.910	9.775.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	15.207.127	15.192.530	17.067.900	4.099.569	1.553.630	1.355.007	1.395.291	1.410.127	1.432.523	1.441.244	1.441.710	1.415.731	1.438.625	1.638.073	1.498.281	1.516.418	1.673.247	4.687.946	

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2003 ¹	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009 ¹	2010 ¹	Jan.-mar./ 2010	Mar./ 2010	Abr./ 2010	Mai./ 2010	Jun./ 2010	Jul./ 2010	Ago./ 2010	Sep./ 2010	Out./ 2010	Nov./ 2010	Dez./ 2010	Jan./ 2011	Fev./ 2011	Mar./ 2011	Jan.-mar./ 2011
RO	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	24.875	21.945	8.275	3.393	3.405	2.935	2.119	2.125	2.323	2.492	297	1.052	-3.078	380	3.920	1.987	6.287
AC	-153	820	2.336	1.180	-96	499	1.969	1.352	156	5	391	633	587	379	866	205	-447	-423	-995	-335	429	-841	-747
AM	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	-1.408	20.813	6.720	3.061	1.428	2.955	2.441	2.444	4.239	2.974	3.389	1.410	-7.187	3.118	4.718	3.854	11.690
RR	247	914	1.463	668	1.342	574	1.189	2.503	995	189	173	-117	178	-120	427	600	248	277	-158	209	127	-123	213
PA	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	7.380	35.394	6.633	750	2.994	4.171	3.393	6.093	6.391	4.605	3.315	3.427	-5.628	855	4.208	-1.457	3.606
AP	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	191	2.151	752	-204	596	-160	104	-23	493	330	401	15	-357	-206	72	-79	-213
TO	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	3.045	5.891	2.804	1.000	827	1.542	1.238	1.112	1.757	94	-185	-719	-2.579	-41	1.053	-510	502
MA	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	-4.784	27.937	6.868	3.792	5.114	1.756	4.702	4.473	2.414	3.198	3.932	1.887	-6.407	-1.060	1.160	-3.816	-3.716
PI	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	12.727	18.794	5.475	3.423	2.780	2.110	2.871	1.555	2.318	83	3.046	478	-1.922	154	182	-2.114	-1.778
CE	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	64.436	72.787	9.896	6.450	7.571	6.325	6.318	7.946	12.321	9.993	5.923	6.850	-356	-956	5.793	-583	4.254
RN	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	4.800	24.924	597	1.200	1.471	3.450	2.670	3.078	6.786	6.079	2.365	2.203	-3.775	-2.243	-127	-1.048	-3.418
PB	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	13.291	22.361	-4.250	-4.017	-206	3.106	2.587	2.429	8.464	6.021	3.379	2.386	-1.555	-1.112	-3.581	-3.126	-7.819
PE	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	46.717	98.505	-11.995	-13.216	-1.302	10.691	12.538	9.946	21.799	39.645	15.781	6.001	-4.599	-5.957	2.069	-7.205	-11.093
AL	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	7.821	6.077	-29.911	-17.803	-6.668	1.196	-67	883	1.475	28.256	7.029	4.134	-250	1.395	-488	-15.786	-14.879
SE	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	11.198	19.263	1.646	-1.534	1.588	892	2.041	2.228	2.778	2.335	4.777	2.552	-1.574	1.730	1.294	-729	2.295
BA	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	71.170	91.402	30.738	10.226	10.590	16.301	3.705	8.137	11.207	10.287	7.059	10.681	-17.303	7.438	3.127	2.758	13.323
MG	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	90.608	259.439	87.799	39.804	45.030	60.873	38.870	13.354	29.253	8.448	14.516	12.093	-50.797	13.846	36.053	11.576	61.475
ES	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	18.975	33.590	11.743	4.054	9.258	7.754	-1.649	968	4.420	2.560	3.130	3.057	-7.651	1.776	3.746	-204	5.318
RJ	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	88.875	190.680	34.681	21.972	15.323	22.250	16.337	14.086	24.921	21.649	19.571	31.965	-10.103	1.127	19.921	2.835	23.883
SP	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	277.573	653.242	257.010	125.189	119.844	98.624	70.265	62.497	90.633	53.572	55.377	4.999	-159.579	54.346	105.803	61.001	221.150
PR	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	69.084	142.483	50.818	23.197	20.593	19.131	10.446	12.723	21.397	14.038	14.954	10.253	-31.870	14.954	19.801	13.927	48.682
SC	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	51.014	100.981	42.418	7.017	12.341	5.438	6.099	5.194	13.982	12.704	15.345	12.761	-25.301	16.889	18.914	2.335	38.138
RS	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	64.226	163.264	66.849	28.254	20.429	9.511	7.865	9.669	15.675	11.139	18.592	21.729	-18.194	17.232	20.380	19.472	57.084
MS	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	12.900	19.738	9.833	4.204	4.903	2.671	3.177	1.324	1.948	1.444	1.822	985	-8.369	3.568	5.391	2.508	11.467
MT	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	5.412	17.352	15.314	-663	3.421	664	5.287	2.916	2.277	443	476	-3.032	-10.414	7.837	10.558	-2.269	16.126
GO	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	34.404	59.062	34.657	13.754	17.171	10.254	8.073	6.458	6.805	-509	-2.151	-1.487	-20.209	13.025	13.225	8.399	34.649
DF	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	17.422	25.017	10.738	2.918	6.003	3.085	757	-78	2.046	4.190	2.863	2.713	-7.300	4.122	3.051	1.913	9.086
Total	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	995.110	2.136.947	657.259	266.415	305.068	298.041	212.952	181.796	299.415	246.875	204.804	138.247	-407.510	152.091	280.799	92.675	525.565

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

	Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total ²
2003 ¹	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 ¹	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ¹	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ¹	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ¹	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 ¹	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009 ¹	42.915	3.147.085	77.608	1.950.078	3.783.528	5.802.755	112.804	1.270.867	0	16.187.640
2010 ¹	57.054	3.910.066	91.743	2.463.997	4.442.260	6.875.128	103.161	1.261.438	0	19.204.847
Jan.-mar./2010	13.601	1.033.758	24.932	607.387	1.022.647	1.706.559	38.896	309.048	0	4.756.828
2010	5.334	408.277	8.988	227.513	390.708	648.279	13.765	117.181	0	1.820.045
Março	5.207	364.729	7.496	207.637	358.737	578.652	10.588	127.029	0	1.660.075
Abril	5.235	346.513	7.553	219.134	366.729	584.038	9.136	154.994	0	1.693.332
Mai	4.793	323.654	7.262	211.217	356.842	557.552	8.150	153.609	0	1.623.079
Junho	5.029	321.902	7.615	225.551	360.214	573.776	7.801	112.431	0	1.614.319
Julho	5.145	357.384	8.655	236.818	385.487	640.737	8.344	98.089	0	1.740.659
Agosto	5.401	372.215	7.128	221.363	387.542	598.744	6.298	89.894	0	1.688.585
Setembro	4.488	321.159	6.838	208.665	402.063	585.317	5.525	86.480	0	1.620.535
Outubro	4.719	278.232	6.810	195.114	441.333	566.747	4.441	79.476	0	1.576.872
Novembro	3.436	190.520	7.454	131.111	360.666	483.006	3.982	50.388	0	1.230.563
Dezembro	4.721	333.593	9.359	219.794	368.364	610.189	8.054	96.298	0	1.650.372
2011	5.334	368.374	7.988	218.223	385.475	688.288	22.153	101.382	0	1.797.217
Janeiro	5.801	368.191	8.237	210.524	393.497	665.264	10.523	103.885	0	1.765.922
Fevereiro	15.856	1.070.158	25.584	648.541	1.147.336	1.963.741	40.730	301.565	0	5.213.511
Março										
Jan.-mar./2011										

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.² Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total ²
2003 ¹	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 ¹	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ¹	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ¹	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ¹	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 ¹	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009 ¹	40.879	3.136.220	72.624	1.772.893	3.486.371	5.302.578	94.729	1.286.236	0	15.192.530
2010 ¹	40.711	3.425.038	73.889	2.209.819	3.831.647	6.010.878	97.534	1.287.384	0	12.575.471
Jan.-mar./2010	9.523	829.374	18.971	479.693	989.333	1.456.668	25.444	290.563	0	4.099.569
2010										
Março	3.911	335.837	7.395	188.884	361.289	541.884	7.615	106.815	0	1.553.630
Abril	3.884	281.670	5.692	169.219	318.012	482.069	6.383	88.078	0	1.355.007
Mai	3.276	284.293	6.595	180.052	232.264	497.934	7.130	92.747	0	1.395.291
Junho	3.352	279.169	6.123	186.392	330.211	500.102	6.536	98.242	0	1.410.127
Julho	3.398	280.372	6.302	187.169	331.964	512.170	6.477	104.671	0	1.432.523
Agosto	3.441	286.991	6.029	196.680	320.404	512.505	5.846	109.348	0	1.441.244
Setembro	3.431	278.010	6.141	199.687	332.491	504.542	4.577	112.831	0	1.441.710
Outubro	3.249	274.236	5.484	197.253	320.716	499.110	4.587	111.096	0	1.415.731
Novembro	3.466	287.425	5.655	202.965	309.997	487.574	4.286	137.257	0	1.438.625
Dezembro	3.691	343.498	6.897	210.709	346.255	558.204	26.268	142.551	0	1.638.073
2011										
Janeiro	3.150	280.386	7.787	186.436	386.494	536.958	9.096	87.974	0	1.498.281
Fevereiro	3.621	308.276	7.295	187.522	368.081	553.946	7.132	80.545	0	1.516.418
Março	3.956	353.743	7.330	207.209	397.314	604.955	6.255	92.485	0	1.673.247
Jan.-mar./2011	10.727	942.405	22.412	581.167	1.151.889	1.695.859	22.483	261.004	0	4.687.946

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

² Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

TABELA III.6

Varição do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extr. min.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total ²
2003 ¹	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 ¹	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ¹	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006 ¹	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ¹	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 ¹	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009 ¹	2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	-15.369	0	995.110
2010 ¹	16.343	485.028	16.207	254.178	519.613	864.250	5.627	-25.946	0	2.201.406
Jan.-mar./2010	4.078	204.384	4.314	127.694	33.314	249.891	13.452	18.485	0	657.259
2010	1.423	72.440	1.593	38.629	29.419	106.395	6.150	10.366	0	266.415
Março	1.323	83.059	1.804	38.418	40.725	96.583	4.205	38.951	0	305.068
Abril	1.959	62.220	958	39.082	43.465	86.104	2.006	62.247	0	298.041
Mai	1.441	44.485	1.139	24.825	26.631	57.450	1.614	55.367	0	212.952
Junho	1.631	41.530	1.313	38.382	28.250	61.606	1.324	7.760	0	181.796
Julho	1.704	70.393	2.626	40.138	65.083	128.232	2.498	-11.259	0	299.415
Agosto	1.970	94.205	987	21.676	55.051	94.202	1.721	-22.937	0	246.875
Setembro	1.239	46.923	1.354	11.412	81.347	86.207	938	-24.616	0	204.804
Outubro	1.253	-9.193	1.155	-7.851	131.336	79.173	155	-57.781	0	138.247
Novembro	-255	-152.978	557	-79.598	14.411	-75.198	-22.286	-92.163	0	-407.510
Dezembro	1.571	53.207	1.572	33.358	-18.130	73.231	-1.042	8.324	0	152.091
2011	1.713	60.098	693	30.701	17.394	134.342	15.021	20.837	0	280.799
Janeiro	1.845	14.448	907	3.315	-3.817	60.309	4.268	11.400	0	92.675
Fevereiro	5.129	127.753	3.172	67.374	-4.553	267.882	18.247	40.561	0	525.565
Março										
Jan.-mar./2011										

Fonte: CAGED/MTE.

Notas: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.² Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana: PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9
2010	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5	6,7	4,5	6,6
Jan.-mar./2010	8,5	11,4	6,3	5,8	8,1	5,1	7,4	5,5	7,3
2010									
Março	8,1	11,3	6,3	6,4	8,2	5,9	7,6	5,5	7,5
Abril	9,1	11,2	5,8	5,9	7,7	5,4	7,3	5,0	7,1
Mai	9,7	12,0	5,8	6,3	7,8	5,0	7,5	5,2	7,3
Junho	8,6	12,0	5,1	5,8	7,4	4,7	7,0	4,8	6,8
Julho	10,0	12,3	5,1	5,4	7,2	4,8	6,9	4,3	6,7
Agosto	9,0	11,7	5,2	5,7	6,8	4,6	6,7	4,5	6,5
Setembro	8,8	10,3	4,9	5,3	6,3	4,1	6,2	3,5	6,0
Outubro	8,0	9,9	5,3	5,7	5,9	3,7	6,1	3,4	5,9
Novembro	8,4	9,4	5,3	4,9	5,5	3,7	5,7	3,4	5,5
Dezembro	6,9	8,4	4,3	4,9	5,3	3,0	5,3	2,8	5,1
2011									
Janeiro	7,1	10,7	5,3	5,1	6,0	4,2	6,1	3,5	5,9
Fevereiro	7,8	10,3	6,3	4,9	6,6	4,4	6,4	4,0	6,2
Março	7,6	10,5	5,3	4,9	6,9	5,0	6,5	3,8	6,3
Jan.-mar./2011	7,5	10,5	5,6	5,0	6,5	4,5	6,3	3,8	6,2

Fontes: PME/IBGE e PME/Imparides.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SAL	RE	BH
2003	12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008	9,3	10,6	8,4	12,2	12,1	7,6
2009	10,0	10,5	8,6	12,2	11,5	8,0
2010	8,9	9,4	7,1	11,2	10,1	6,9
Jan.-mar./2010	8,7	9,8	7,4	11,7	11,2	8,0
2010						
Março	9,6	10,1	7,7	12,4	11,5	8,3
Abril	9,8	10,1	7,8	12,2	11,5	8,0
Mai	9,7	10,1	7,7	12,3	11,2	7,9
Junho	9,5	9,9	7,5	11,3	10,8	6,9
Julho	9,4	9,5	7,1	11,6	10,3	6,7
Agosto	9,3	9,1	7,1	10,8	9,5	6,1
Setembro	8,7	8,6	7,0	10,7	9,1	6,0
Outubro	8,4	8,5	6,8	10,1	8,7	5,6
Novembro	8,1	8,6	6,2	10,1	8,4	5,9
Dezembro	7,4	8,5	5,8	9,8	8,0	5,7
2011						
Janeiro	8,0	8,2	5,9	9,4	8,0	6,3
Fevereiro	8,1	8,3	6,1	9,6	8,3	6,4
Março	9,0	9,2	6,3	10,0	8,4	7,0
Jan.-mar./2011	8,4	8,6	6,1	9,7	8,2	6,6

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SAL	RE	BH
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
2009	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2
2010	0,9	2,2	n.d.	1,9	2,6	0,8
Jan.-mar./2010	1,1	2,4	n.d.	2,4	3,0	0,9
2010						
Março	1,0	2,5	n.d.	2,5	3,2	0,9
Abril	0,8	2,1	n.d.	2,0	3,1	1,0
Mai	0,9	2,0	n.d.	1,7	3,1	1,0
Junho	0,9	1,8	n.d.	1,6	2,9	0,9
Julho	0,9	1,8	n.d.	1,7	2,7	0,9
Agosto	0,8	2,0	n.d.	1,9	2,4	0,7
Setembro	0,8	2,1	n.d.	1,8	2,2	0,6
Outubro	n.d.	2,3	n.d.	1,7	2,0	0,6
Novembro	n.d.	2,3	n.d.	1,4	1,9	0,6
Dezembro	n.d.	2,3	n.d.	n.d.	1,8	0,6
2011						
Janeiro	n.d.	2,4	n.d.	1,4	2,2	0,6
Fevereiro	n.d.	2,4	n.d.	1,5	2,3	0,6
Março	n.d.	2,2	n.d.	2,1	2,3	0,7
Jan.-mar./2011	n.d.	2,3	n.d.	1,7	2,3	0,6

Fonte: PED/Dieese.

Nota: n.d. = não disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SAL	RE	BH
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008	3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
2009	2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1
2010	2,4	2,2	1,4	4,0	4,0	0,9
Jan.-mar./2010	2,6	2,3	1,6	4,8	4,5	1,0
2010						
Março	2,5	2,1	1,5	5,0	4,6	1,0
Abril	2,7	1,9	1,3	4,8	4,2	0,9
Mai	2,7	2,2	1,4	4,2	4,0	0,7
Junho	2,5	2,3	1,5	3,8	3,9	0,7
Julho	2,4	2,3	1,4	3,6	4,2	0,7
Agosto	2,2	2,2	1,3	3,6	4,0	0,7
Setembro	2,1	2,2	1,2	3,7	4,0	1,0
Outubro	1,9	2,4	1,1	3,6	3,4	1,0
Novembro	2,0	2,3	1,1	3,3	3,2	1,0
Dezembro	2,0	2,2	1,1	2,8	3,0	0,8
2011						
Janeiro	1,8	2,0	n.d.	2,8	3,3	0,8
Fevereiro	1,7	2,0	n.d.	3,2	3,3	0,8
Março	1,6	2,1	n.d.	3,6	3,2	0,8
Jan.-mar./2011	1,7	2,0	n.d.	3,2	3,3	0,8

Fonte: PED/Dieese.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SAL	RE	BH
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
2009	13,8	16,0	11,3	19,7	19,2	10,3
2010	12,1	13,8	8,9	17,0	16,6	8,6
Jan.-mar./2010	12,4	14,5	9,7	18,8	18,7	9,8
2010						
Março	13,1	14,7	9,8	19,9	19,3	10,2
Abril	13,3	14,2	9,6	19,0	18,8	9,9
Maio	13,3	14,3	9,6	18,2	18,3	9,6
Junho	12,9	14,0	9,5	16,7	17,6	8,5
Julho	12,6	13,7	8,9	16,9	17,2	8,3
Agosto	12,3	13,4	8,7	16,3	15,9	7,5
Setembro	11,5	13,0	8,5	16,2	15,3	7,6
Outubro	10,9	13,1	8,2	15,4	14,1	7,2
Novembro	10,7	13,2	7,7	14,8	13,5	7,5
Dezembro	10,1	12,9	7,2	13,8	12,8	7,1
2011						
Janeiro	10,5	12,6	7,3	13,6	13,5	7,7
Fevereiro	10,6	12,7	7,3	14,3	13,9	7,8
Março	11,3	13,4	7,4	15,7	13,9	8,5
Jan.-mar./2011	10,8	12,9	7,3	14,5	13,8	8,0

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,6
2008	6,1	10,0
2009	6,5	9,9
2010	5,2	8,5
Jan.-mar./2010	5,9	9,2
2010		
Março	5,8	9,6
Abril	5,8	9,0
Maio	5,6	9,6
Junho	5,3	9,0
Julho	5,4	8,7
Agosto	5,2	8,6
Setembro	4,8	7,9
Outubro	4,6	7,8
Novembro	4,3	7,4
Dezembro	4,1	6,7
2011		
Janeiro	4,8	7,5
Fevereiro	5,1	7,9
Março	5,0	8,2
Jan.-mar./2011	5,0	7,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
2009	6,6	10,5	8,0
2010	5,5	9,1	6,5
Jan.-mar./2010	5,6	9,6	7,4
2010			
Março	5,6	10,0	7,7
Abril	5,9	9,6	7,1
Mai	6,1	10,3	7,2
Junho	5,8	9,3	6,8
Julho	6,1	9,3	6,6
Agosto	5,9	9,2	6,3
Setembro	5,3	8,6	5,9
Outubro	5,2	8,3	5,7
Novembro	5,0	8,0	5,3
Dezembro	4,4	7,4	5,0
2011			
Janeiro	4,7	8,1	6,0
Fevereiro	5,1	8,1	6,3
Março	5,4	8,5	6,3
Jan.-mar./2011	5,1	8,2	6,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária

(Em %)

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
2009	28,7	17,3	6,6	3,0
2010	25,8	14,9	5,5	2,4
Jan.-mar./2010	29,5	16,5	6,0	2,7
2010				
Março	31,1	16,8	6,1	2,7
Abril	26,8	16,0	5,9	2,8
Mai	28,2	16,1	6,1	2,8
Junho	25,9	15,3	5,8	2,4
Julho	23,9	16,1	5,6	2,4
Agosto	26,4	15,0	5,4	2,5
Setembro	22,9	14,1	5,1	2,2
Outubro	22,9	13,3	5,0	2,0
Novembro	22,9	12,5	4,7	2,1
Dezembro	21,1	11,5	4,4	1,9
2011				
Janeiro	24,3	14,2	4,8	2,0
Fevereiro	24,5	13,9	5,2	2,3
Março	25,4	14,4	5,2	2,6
Jan.-mar./2011	24,7	14,2	5,1	2,3

Fonte: PME/IBGE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
2009	4,5	11,2
2010	3,7	9,4
Jan.-mar./2010	4,1	10,3
2010		
Março	4,2	10,6
Abril	3,9	10,2
Mai	4,1	10,4
Junho	3,8	9,7
Julho	3,9	9,6
Agosto	3,9	9,2
Setembro	3,4	8,7
Outubro	3,3	8,5
Novembro	3,2	7,9
Dezembro	2,9	7,4
2011		
Janeiro	3,3	8,4
Fevereiro	3,6	8,8
Março	3,6	9,0
Jan.-mar./2011	3,5	8,7

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
2009	43,5	56,5
2010	41,6	58,4
Jan.-mar./2010	42,9	57,1
2010		
Março	41,4	58,6
Abril	42,9	57,1
Mai	40,3	59,7
Junho	40,5	59,5
Julho	41,6	58,4
Agosto	41,2	58,8
Setembro	40,9	59,1
Outubro	40,9	59,1
Novembro	40,3	59,7
Dezembro	41,6	58,4
2011		
Janeiro	42,6	57,4
Fevereiro	43,5	56,5
Março	41,5	58,5
Jan.-mar./2011	42,5	57,5

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
2009	26,0	74,0
2010	25,5	74,5
Jan.-mar./2010	25,8	74,2
2010		
Março	25,5	74,5
Abril	24,7	75,3
Maio	25,3	74,7
Junho	25,4	74,6
Julho	25,8	74,2
Agosto	26,8	73,2
Setembro	25,0	75,0
Outubro	25,0	75,0
Novembro	25,5	74,5
Dezembro	25,0	75,0
2011		
Janeiro	25,3	74,7
Fevereiro	26,1	73,9
Março	25,5	74,5
Jan.-mar./2011	25,7	74,3

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009	0,5	6,5	35,2	50,4	7,3
2010	0,5	6,9	34,9	50,3	7,4
Jan.-mar./2010	0,5	6,8	35,3	50,0	7,4
2010					
Março	0,8	7,2	35,3	49,6	7,2
Abril	0,7	6,9	34,6	50,1	7,7
Maio	0,7	7,0	34,3	50,4	7,6
Junho	0,7	7,0	34,3	51,1	7,0
Julho	0,7	6,3	36,2	49,6	7,2
Agosto	0,4	7,6	34,9	49,6	7,5
Setembro	0,4	6,5	35,5	50,2	7,4
Outubro	0,5	7,1	34,7	50,8	6,9
Novembro	0,3	7,1	34,3	50,7	7,8
Dezembro	0,4	6,8	34,0	51,1	7,6
2011					
Janeiro	0,6	7,3	35,8	49,3	7,0
Fevereiro	0,6	7,5	33,7	50,7	7,5
Março	0,5	7,4	34,3	49,4	8,3
Jan.-mar./2011	0,6	7,4	34,6	49,8	7,6

Fonte: PME/IBGE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
2009	20,3	23,3	56,4
2010	19,1	23,9	57,0
Jan.-mar./2010	18,1	23,1	58,8
2010			
Março	17,4	23,1	59,5
Abril	19,3	23,1	57,6
Maio	19,2	23,8	57,0
Junho	19,5	23,1	57,4
Julho	20,2	24,0	55,8
Agosto	20,1	24,7	55,2
Setembro	19,3	24,7	56,0
Outubro	19,5	24,7	55,8
Novembro	19,7	24,5	55,8
Dezembro	18,7	24,6	56,7
2011			
Janeiro	17,1	23,0	60,0
Fevereiro	17,8	22,2	60,0
Março	18,3	22,9	58,8
Jan.-mar./2011	17,7	22,7	59,6

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração

(Em %)

Período	<1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009	25,8	49,7	8,9	9,1	6,6
2010	25,6	49,1	7,5	10,2	7,5
Jan.-mar./2010	27,0	46,9	7,4	10,8	7,9
2010					
Março	24,7	49,8	6,8	10,7	7,9
Abril	26,9	49,3	6,4	10,0	7,3
Maio	24,9	51,5	6,5	9,8	7,3
Junho	24,2	53,1	6,1	10,2	6,4
Julho	25,1	49,2	8,0	10,8	6,9
Agosto	23,4	49,3	8,9	11,0	7,4
Setembro	24,2	48,9	10,4	8,5	8,0
Outubro	26,4	49,2	8,2	9,5	6,7
Novembro	25,7	50,2	6,8	9,3	8,1
Dezembro	25,6	48,2	6,9	10,8	8,5
2011					
Janeiro	29,9	47,7	6,2	8,3	7,8
Fevereiro	25,7	50,5	6,1	10,4	7,3
Março	25,9	53,7	4,8	8,3	7,3
Jan.-mar./2011	27,2	50,6	5,7	9,0	7,5

Fonte: PME/IBGE.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	VMB ²
2003 ¹	5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004 ¹	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 ¹	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 ¹	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007 ¹	6.290.818	6.182.997	98,29	1,29
2008 ¹	6.952.563	6.822.730	98,13	1,28
2009 ¹	7.485.475	7.330.864	97,93	1,28
2010				
Janeiro	649.823	636.723	97,98	1,25
Fevereiro	558.821	548.208	98,10	1,25
Março	754.863	741.379	98,21	1,25
Abril	604.879	594.406	98,27	1,25
Maio	627.678	617.201	98,33	1,25
Junho	609.010	598.794	98,32	1,25
Julho	637.817	626.991	98,30	1,26
Agosto	631.096	620.316	98,29	1,26
Setembro	597.613	587.132	98,25	1,27
Outubro	557.817	547.335	98,12	1,28
Novembro	617.312	605.076	98,02	1,29
Dezembro	510.321	499.895	97,96	1,30
Jan.-dez./2010	7.357.050	7.223.456	98,18	1,26

Fonte: MTE.

Obs.: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego está sendo coletada na seção SAEG.net, no *site* do MTE.

Notas: ¹ Os valores anuais se referem à soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

² VMB em salário médio real (SMR).

Obs.: Os dados do primeiro trimestre de 2011 não foram divulgados até a data da publicação do Boletim.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de março de 2011)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ¹	Total	
2003	907,66	1.001,43	1.122,91	1.234,94	1.463,98	1.206,19	1.279,94	1.226,97	1.276,23	
2004	885,05	980,93	1.120,47	1.220,65	1.440,97	1.213,78	1.263,60	1.265,76	1.263,75	
2005	913,45	999,26	1.145,87	1.246,99	1.458,83	1.199,02	1.282,99	1.255,71	1.281,08	
2006	956,66	1.053,36	1.191,60	1.281,08	1.532,80	1.239,02	1.333,74	1.354,47	1.335,19	
2007	982,15	1.080,25	1.234,81	1.355,36	1.560,94	1.291,37	1.376,30	1.367,59	1.375,69	
2008	968,56	1.152,68	1.291,63	1.426,41	1.597,82	1.323,89	1.423,03	1.445,89	1.424,63	
2009	958,43	1.192,40	1.344,47	1.472,44	1.648,25	1.384,14	1.468,19	1.529,94	1.472,51	
2010	1.074,08	1.245,91	1.420,05	1.575,00	1.655,30	1.475,10	1.523,29	1.626,26	1.530,50	
Jan.-mar./2010	985,99	1.171,30	1.392,10	1.515,18	1.649,98	1.442,57	1.490,35	1.605,85	1.498,43	
2010	Março	1.017,35	1.165,18	1.395,36	1.536,28	1.658,85	1.433,30	1.499,59	1.611,29	1.507,41
	Abril	987,62	1.209,01	1.362,57	1.554,46	1.647,20	1.489,05	1.500,41	1.583,62	1.506,23
	Mai	1.030,70	1.248,78	1.350,29	1.516,46	1.628,19	1.481,72	1.487,05	1.534,66	1.490,38
	Junho	1.065,65	1.234,32	1.399,54	1.520,19	1.628,03	1.486,71	1.495,06	1.558,83	1.499,53
	Julho	1.088,30	1.251,29	1.468,02	1.551,31	1.663,30	1.468,32	1.527,64	1.650,06	1.536,21
	Agosto	1.136,43	1.292,47	1.467,07	1.590,40	1.674,54	1.478,59	1.548,88	1.681,10	1.558,14
	Setembro	1.157,67	1.308,19	1.492,61	1.633,98	1.681,85	1.497,19	1.568,58	1.676,32	1.576,12
	Outubro	1.191,07	1.341,75	1.467,64	1.660,34	1.675,76	1.476,49	1.572,63	1.637,89	1.577,20
	Novembro	1.187,84	1.294,01	1.419,76	1.657,70	1.663,49	1.503,08	1.559,83	1.728,27	1.571,62
	Dezembro	1.085,72	1.257,18	1.436,83	1.669,62	1.651,27	1.492,32	1.548,32	1.646,88	1.555,22
2011	Janeiro	1.166,78	1.247,95	1.449,47	1.642,67	1.655,92	1.545,53	1.556,12	1.681,13	1.564,87
	Fevereiro	1.058,75	1.196,92	1.416,57	1.690,91	1.645,80	1.544,14	1.548,92	1.627,11	1.554,40
	Março	1.095,20	1.197,00	1.452,20	1.678,00	1.663,30	1.514,40	1.557,00	1.682,30	1.565,77
Jan.-mar./2011	1.106,91	1.213,96	1.439,41	1.670,53	1.655,01	1.534,69	1.554,01	1.663,51	1.561,68	

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

Nota: ¹ Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA VI.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ de fevereiro de 2011)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ¹	Total	
2003	887,15	994,99	1.113,85	1.237,11	1.438,10	1.192,04	1.265,79	1.189,75	1.260,47	
2004	860,43	975,18	1.113,78	1.220,73	1.458,42	1.208,45	1.267,79	1.219,07	1.264,38	
2005	918,03	1.019,83	1.154,24	1.252,63	1.482,68	1.208,68	1.297,92	1.243,64	1.294,12	
2006	977,79	1.073,03	1.208,22	1.290,29	1.564,97	1.254,23	1.355,19	1.367,65	1.356,06	
2007	1.007,02	1.115,81	1.247,93	1.372,58	1.596,20	1.316,68	1.403,24	1.404,91	1.403,35	
2008	991,97	1.158,73	1.312,01	1.466,37	1.641,59	1.358,41	1.458,18	1.455,55	1.458,00	
2009	975,40	1.195,68	1.358,20	1.498,97	1.678,56	1.416,22	1.492,94	1.548,66	1.496,84	
2010	1.100,54	1.263,80	1.425,77	1.613,95	1.703,04	1.509,00	1.559,15	1.652,05	1.565,66	
Jan.-fev./2010	974,94	1.167,68	1.344,68	1.528,98	1.648,72	1.446,29	1.487,04	1.609,53	1.496,17	
2010	Fevereiro	995,12	1.156,01	1.363,88	1.527,23	1.651,18	1.428,43	1.488,28	1.606,68	1.502,23
	Março	968,76	1.209,70	1.333,55	1.549,91	1.652,23	1.482,57	1.496,62	1.584,75	1.502,79
	Abril	1.000,79	1.242,74	1.324,63	1.510,31	1.618,21	1.472,31	1.475,23	1.528,63	1.478,96
	Mai	1.036,14	1.221,11	1.361,50	1.504,17	1.617,81	1.471,85	1.478,45	1.543,64	1.483,01
	Junho	1.057,28	1.240,36	1.434,63	1.535,64	1.654,97	1.458,70	1.512,92	1.645,03	1.522,17
	Julho	1.098,75	1.277,86	1.433,87	1.573,89	1.665,00	1.467,59	1.532,06	1.673,53	1.541,96
	Agosto	1.132,63	1.302,22	1.454,05	1.621,64	1.684,50	1.479,83	1.558,46	1.674,41	1.566,58
	Setembro	1.168,48	1.335,35	1.445,81	1.655,96	1.674,49	1.467,51	1.565,65	1.642,07	1.571,00
	Outubro	1.175,65	1.298,42	1.399,00	1.665,94	1.670,45	1.498,35	1.561,42	1.740,85	1.573,98
	Novembro	1.148,66	1.276,31	1.436,26	1.728,87	1.756,07	1.521,72	1.614,54	1.685,06	1.619,48
	Dezembro	1.469,43	1.426,17	1.796,58	1.963,13	2.145,38	1.894,99	1.940,43	1.887,54	1.936,73
2011	Janeiro	1.053,22	1.190,11	1.381,48	1.683,11	1.654,30	1.542,99	1.545,70	1.617,45	1.550,72
	Fevereiro	1.083,91	1.191,61	1.417,47	1.660,15	1.670,54	1.488,34	1.548,52	1.687,64	1.558,26
Jan.-fev./2011	1.068,56	1.190,86	1.399,48	1.671,63	1.662,42	1.515,67	1.547,11	1.652,54	1.554,49	

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

Nota: ¹ Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA VI.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de março de 2011)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.300,98	815,82	1.164,49	1.880,12	1.009,91	1.279,94
2004	1.297,05	810,58	1.157,04	1.840,80	1.003,36	1.263,60
2005	1.285,84	845,40	1.162,58	1.910,19	1.023,49	1.282,99
2006	1.329,81	871,54	1.209,72	2.014,71	1.071,35	1.333,74
2007	1.342,34	915,01	1.237,73	2.138,83	1.141,76	1.376,30
2008	1.369,57	926,88	1.267,80	2.226,12	1.188,88	1.423,03
2009	1.401,71	972,87	1.307,45	2.344,31	1.228,27	1.468,19
2010	1.422,80	1.070,41	1.350,54	2.433,43	1.268,20	1.523,29
Jan.-mar./2010	1.413,45	1.045,04	1.336,80	2.384,36	1.250,92	1.490,35
2010						
Março	1.416,09	1.073,71	1.345,21	2.364,28	1.252,91	1.499,59
Abril	1.420,54	1.013,65	1.337,21	2.372,14	1.248,81	1.500,41
Mai	1.409,41	1.053,20	1.335,96	2.321,49	1.214,05	1.487,05
Junho	1.387,79	1.043,92	1.316,66	2.391,26	1.230,61	1.495,06
Julho	1.422,78	1.117,15	1.359,15	2.335,10	1.259,87	1.527,64
Agosto	1.445,35	1.075,62	1.369,07	2.457,95	1.270,59	1.548,88
Setembro	1.444,37	1.098,63	1.373,11	2.504,80	1.303,00	1.568,58
Outubro	1.443,12	1.111,55	1.375,46	2.558,20	1.328,55	1.572,63
Novembro	1.424,38	1.100,53	1.361,03	2.565,12	1.319,38	1.559,83
Dezembro	1.435,50	1.095,50	1.368,46	2.542,04	1.290,79	1.548,32
2011						
Janeiro	1.426,84	1.138,44	1.369,99	2.505,80	1.338,93	1.556,12
Fevereiro	1.431,47	1.093,39	1.367,71	2.462,21	1.343,08	1.548,92
Março	1.433,70	1.146,30	1.379,10	2.552,40	1.328,90	1.557,00
Jan.-mar./2011	1.430,67	1.126,04	1.372,27	2.506,80	1.336,97	1.554,01

Fonte: PME/IBGE.

TABELA VI.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de fevereiro de 2011)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.325,38	785,91	1.173,28	1.894,37	961,51	1.265,79
2004	1.329,93	793,50	1.175,10	1.873,16	975,19	1.267,79
2005	1.327,23	830,72	1.189,31	1.965,00	1.006,97	1.297,92
2006	1.383,19	856,38	1.246,01	2.103,52	1.044,59	1.355,19
2007	1.406,23	910,19	1.286,11	2.244,73	1.109,53	1.403,24
2008	1.433,53	911,29	1.314,34	2.339,68	1.170,61	1.458,18
2009	1.451,20	960,24	1.344,30	2.438,03	1.206,98	1.492,94
2010	1.477,61	1.073,76	1.395,54	2.539,58	1.259,06	1.559,15
Jan.-fev./2010	1.436,17	1.095,34	1.371,71	2.522,62	1.310,14	1.547,11
2010						
Fevereiro	1.419,91	1.045,42	1.342,37	2.370,90	1.218,99	1.488,28
Março	1.424,15	1.001,03	1.337,47	2.377,23	1.229,99	1.496,62
Abril	1.408,43	1.031,14	1.330,67	2.327,26	1.191,60	1.475,23
Mai	1.379,40	1.016,48	1.304,17	2.375,32	1.205,97	1.478,45
Junho	1.418,68	1.094,56	1.351,23	2.454,09	1.230,40	1.512,92
Julho	1.437,51	1.044,58	1.356,31	2.447,07	1.250,62	1.532,06
Agosto	1.441,99	1.070,68	1.365,49	2.510,35	1.286,90	1.558,46
Setembro	1.447,09	1.093,40	1.374,99	2.571,15	1.301,53	1.565,65
Outubro	1.432,84	1.085,92	1.364,97	2.586,63	1.310,28	1.561,42
Novembro	1.537,20	1.095,18	1.450,09	2.687,20	1.299,53	1.614,54
Dezembro	1.953,41	1.262,38	1.817,19	3.367,44	1.388,59	1.940,43
2011						
Janeiro	1.435,94	1.066,72	1.366,35	2.488,30	1.324,27	1.545,70
Fevereiro	1.436,40	1.123,96	1.377,07	2.556,94	1.296,02	1.548,52
Jan.-fev./2011	1.436,17	1.095,34	1.371,71	2.522,62	1.310,14	1.547,11

Fonte: PME/IBGE.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5
Salário mínimo real
(Em R\$ de março de 2011)

Período	SMR	
2003	154,21	
2004	180,34	
2005	215,87	
2006	262,31	
2007	301,36	
2008	352,82	
2009	417,31	
2010	485,38	
Jan.-mar./2010	476,39	
2010	Março	490,08
	Abril	493,66
	Mai	495,78
	Junho	495,24
	Julho	494,89
	Agosto	494,54
	Setembro	497,21
	Outubro	501,79
	Novembro	506,96
	Dezembro	510,00
2011	Janeiro	533,58
	Fevereiro	536,46
	Março	545,00
Jan.-mar./2011		538,35

Fonte: PME/IBGE.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total	
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6	
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2	
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0	
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2	
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4	
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5	
2009	17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7	
2010	18,3	19,4	18,0	17,3	18,4	16,2	18,0	13,5	17,7	
Jan.-mar./2010	18,3	19,1	17,8	17,5	18,9	15,9	18,2	14,6	17,9	
2010	Março	18,6	18,4	18,4	16,8	19,0	15,2	18,0	14,1	17,8
	Abril	18,5	19,0	18,8	16,9	18,9	15,3	18,1	14,1	17,8
	Mai	18,2	19,5	18,4	17,1	18,9	15,8	18,2	13,7	17,9
	Junho	17,1	19,3	17,9	18,0	19,1	15,2	18,3	13,5	17,9
	Julho	18,3	19,7	18,1	17,9	18,3	16,6	18,2	13,0	17,8
	Agosto	19,7	19,8	18,2	17,7	18,1	17,0	18,1	13,5	17,8
	Setembro	18,6	19,8	18,4	17,5	18,0	17,0	18,0	12,8	17,7
	Outubro	18,1	20,1	18,4	16,8	18,2	17,4	18,0	12,2	17,6
	Novembro	17,8	19,8	17,0	16,8	17,4	16,0	17,3	12,3	17,0
	Dezembro	18,5	19,0	16,9	16,9	17,8	16,4	17,5	12,6	17,2
2011	Janeiro	18,3	17,8	16,4	17,0	17,9	15,1	17,3	11,3	16,9
	Fevereiro	17,5	18,3	15,7	16,1	17,3	15,3	16,8	12,1	16,5
	Março	17,7	18,4	15,7	16,4	17,4	15,7	16,9	12,4	16,6
Jan.-mar./2011	17,9	18,2	15,9	16,5	17,6	15,4	17,0	11,9	16,7	

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VII.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total	
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1	
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2	
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2	
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2	
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4	
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8	
2009	23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8	
2010	21,5	21,6	15,9	21,6	16,4	17,4	18,4	17,8	18,4	
Jan.-mar./2010	22,9	22,4	16,5	22,0	16,4	17,2	18,7	17,8	18,7	
2010	Março	22,6	22,8	16,0	21,7	16,5	17,2	18,6	18,4	18,6
	Abril	22,1	22,0	16,0	21,0	16,3	17,4	18,3	18,2	18,3
	Mai	21,3	22,3	16,2	21,3	16,4	17,2	18,4	18,1	18,4
	Junho	20,4	22,2	15,8	20,8	16,0	17,8	18,1	17,8	18,1
	Julho	21,1	21,1	15,8	21,0	16,9	17,7	18,4	17,5	18,4
	Agosto	21,0	21,5	15,8	21,4	16,6	17,4	18,4	17,6	18,3
	Setembro	21,1	20,5	15,1	21,9	16,1	17,1	18,1	18,4	18,1
	Outubro	20,5	20,9	15,3	21,6	16,7	17,3	18,3	17,4	18,2
	Novembro	20,7	20,7	15,7	22,3	16,7	17,6	18,6	17,8	18,5
	Dezembro	20,8	20,5	15,9	21,7	16,0	17,1	18,1	17,8	18,1
2011	Janeiro	19,9	20,8	16,2	21,6	16,2	17,2	18,2	17,7	18,2
	Fevereiro	20,9	20,5	16,5	22,4	16,0	16,4	18,3	17,8	18,3
	Março	20,1	21,1	16,4	21,7	15,7	15,8	17,9	18,2	18,0
Jan.-mar./2011	20,3	20,8	16,4	21,9	16,0	16,5	18,1	17,9	18,1	

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,0
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009	81,7	63,3	48,9	53,9	50,2	47,7	50,9	49,8	50,8
2010	64,7	78,2	40,1	37,9	32,3	40,9	37,4	47,9	38,0
Jan.-fev./2010	69,1	59,6	51,4	46,6	28,9	31,8	36,4	50,2	37,2
2010									
Fevereiro	73,4	65,8	56,5	48,7	25,8	34,8	35,8	35,2	35,8
Março	64,1	69,0	37,5	48,3	37,9	43,6	42,3	46,9	42,6
Abril	79,1	64,4	44,5	31,1	34,0	37,2	36,6	51,2	37,5
Mai	66,5	77,3	24,6	38,5	33,2	36,4	35,7	48,5	36,5
Junho	40,0	93,3	41,2	21,8	24,6	45,6	29,6	33,7	29,9
Julho	47,7	94,4	30,0	27,5	36,3	44,6	37,6	38,8	37,7
Agosto	61,9	74,1	34,0	42,0	26,1	38,3	34,7	59,0	36,1
Setembro	41,9	84,7	26,0	34,4	25,6	40,6	32,3	42,6	33,0
Outubro	64,5	90,2	43,6	34,3	22,2	33,7	31,9	50,7	33,2
Novembro	74,5	82,3	33,1	48,8	33,6	35,9	40,4	46,9	40,8
Dezembro	98,5	89,7	64,2	35,3	56,9	71,4	54,7	56,4	54,8
2011									
Janeiro	65,2	71,9	39,0	26,7	32,9	40,8	34,6	18,4	33,3
Fevereiro	68,9	51,5	22,9	25,5	25,9	28,8	27,8	44,2	28,8
Jan.-fev./2011	67,0	61,7	30,9	26,1	29,4	34,8	31,2	31,3	31,1

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	8,9	35,6
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	10,5	34,4
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,6	29,2
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,1	29,3
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	0,8	24,5
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,1	20,8
2009	59,5	46,8	8,9	24,0	11,6	0,3	20,1	0,9	18,5
2010	46,4	45,8	4,0	22,6	11,0	-5,1	17,2	-2,5	15,6
Jan.-fev./2010	60,2	45,7	8,0	25,9	8,4	-7,5	18,1	2,5	16,9
2010									
Fevereiro	66,3	52,5	6,1	21,9	6,4	-6,3	16,5	-3,8	14,8
Março	51,2	45,9	3,1	27,9	5,3	-9,5	15,8	7,4	15,2
Abril	46,5	51,9	7,3	20,5	12,5	-6,6	18,2	-1,5	16,6
Mai	33,5	55,1	3,6	17,2	7,9	-4,1	14,4	-10,3	12,2
Junho	31,2	45,7	6,7	21,4	8,4	-3,6	15,3	1,5	14,2
Julho	35,4	53,9	2,0	14,7	10,1	-4,0	14,9	-6,3	13,2
Agosto	28,7	41,8	-11,4	24,1	6,2	-10,9	12,1	-9,6	10,2
Setembro	32,3	38,4	-6,0	23,2	3,8	-7,1	11,2	-6,8	9,7
Outubro	27,8	36,6	-4,8	15,7	3,3	-3,2	9,4	-2,9	8,3
Novembro	61,3	43,7	-1,7	21,0	14,8	-2,5	18,3	-3,8	16,4
Dezembro	88,5	45,5	33,7	33,5	43,2	5,9	40,7	-2,4	37,0
2011									
Janeiro	45,5	37,8	3,2	9,5	2,1	-8,6	8,4	-11,2	6,8
Fevereiro	35,7	31,7	5,4	14,5	4,2	-6,8	10,8	-14,9	8,6
Jan.-fev./2011	40,6	34,7	4,3	12,0	3,1	-7,7	9,6	-13,0	7,7

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Fabiana da Silva Matos

Gilson Baptista Soares

Lucia Duarte Moreira

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Camila Guimarães Simas

Carlos Henrique Santos Vianna

Maria Hosana Carneiro Cunha

Paula Mascarenhas Rodrigues de Almeida (estagiária)

Livraria

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11,5/14,5 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em AP 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro - RJ



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Ministério do
Trabalho e Emprego

